



# Relatório de Atividades

2014



## **PODER JUDICIÁRIO**

### **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**

#### **Presidente**

Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento

#### **Vice-Presidente, em exercício**

Des. Milton Augusto de Brito Nobre

#### **Corregedor da Região Metropolitana de Belém**

Des. Ronaldo Marques Valle

#### **Corregedora das Comarcas do Interior**

Desa. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães

#### **Coordenadora dos Juizados Especiais**

Desa. Diracy Nunes Alves



### **Conselho Superior da Escola**

Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Des. Rômulo José Ferreira Nunes

Des. José Maria Teixeira do Rosário

Des. Leonam Gondim da Cruz da Jr.

Desa. Maria de Nazaré Gouveia dos Santos

### **Escola Superior da Magistratura-PA**

#### **Presidência**

Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento

#### **Diretoria-Geral**

Des. Rômulo José Ferreira Nunes

#### **Diretoria-Geral Adjunta**

Des. Leonam Gondim da Cruz da Jr.

#### **Secretaria-Geral**

Heloisa da Silva Mota Pereira

**Departamento Acadêmico** - Antônio Mauro Santana Souza

**Departamento de Ensino e Pesquisa** - Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha

**Departamento Administrativo/Financeiro** - Patrícia Blagitz Cichovaki

#### **Produção**

#### **Divisão de Editoração**

Editora responsável - Laís Zumero

Projeto Gráfico e Concepção: Laís Zumero

Fotos: Ricardo Lima - Assessoria de Imprensa do TJPA

Editoração Eletrônica: Venâncio Moreira Jr.

# Sumário

1	Apresentação	4
2	Introdução	7
3	Histórico	10
4	Missão	13
5	Estrutura Organizacional	15
5.1	Departamento Administrativo-Financeiro	17
5.2	Departamento Acadêmico	19
5.3	Departamento de Ensino e Pesquisa	29
6	Atividades Pedagógicas	31
7	Eventos Institucionais	40
8	Eventos em Integração	52
9	Divulgação	69
10	Representação	73
11	Avaliação de Reação	75
12	Recursos Humanos	81

# 1 Apresentação

A Escola Superior da Magistratura/ESM do Tribunal de Justiça do Estado do Pará/TJPA consolida e aprimora a cada ano sua missão de proporcionar a magistrados e servidores a capacitação indispensável ao desenvolvimento do exercício pleno das ações inerentes ao Poder Judiciário do Estado do Pará, bem como oferecer oportunidade de preparação jurídica ao ingresso na carreira da magistratura. Também de congrega, em torno de temas jurídicos, variados segmentos profissionais da sociedade civil organizada comprometidos com as questões relevantes da sociedade brasileira e paraense.

A ESM procura através de cursos aprimorar a capacitação e a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário, em seu campo de atuação, propiciando conhecimento multi e interdisciplinar nas ciências jurídicas, especialmente no que concerne à sua interação com as áreas das humanidades. Do mesmo modo são ofertados seminários, oficinais e treinamentos que objetivam a preparação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos para a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais.

Neste 2014 os cursos se multiplicaram atendendo a uma constante demanda na área, o que se pode observar nos quadros apresentados neste relatório, pelo significativo número de cursos e horas-aula ministradas.

Novas seções foram acrescentadas à revista “A LEITURA” com a inclusão dos itens Conferência, Em Destaque, Relato de Experiências, que vêm divulgando a participação em eventos institucionais com conferências de eminentes juristas nacionais e internacionais e as experiências exitosas do judiciário paraense, alguns em novos projetos, inclusive, premiados pelo Conselho Nacional de Justiça/CNJ, como o prêmio “Conciliar é Legal”, atribuindo ao projeto “Semana da Conciliação Fiscal”, concebido pela Juíza Kédima Pacífico Lyra do TJPA - 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Belém.

A ESM tem ampliado convênios tanto com as academias da região, quanto firmado acordos de cooperação técnica com as Escolas vinculadas à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM

e com o Colégio Permanente de Diretores das Escolas de Magistratura/COPEDEM e órgãos do judiciário paraense, o que proporcionou a realização de Cursos de Pós-Graduação - Especialização em áreas diversas, oportunizando a capacitação dos magistrados e servidores.

O Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, pioneiro no Norte do país, a partir da solicitação da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude/CEIJ, produto de convênio celebrado com o Instituto de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Pará/UFPA, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública, foi concluído em novembro de 2014. A realização desse curso foi fundamental para que CEIJ recebesse do Conselho Nacional de Justiça/CNJ e do Fundo das Nações Unidas/UNICEF o “Selo Prata/Infância e Juventude”, em reconhecimento ao TJPA por investir em boas práticas na priorização e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O II Curso de Especialização em Direito Processual Civil, Individual e Coletivo, em parceria com o Centro Universitário do Estado do Pará/CESUPA, encontra-se em fase de conclusão. Em outubro passado foi encerrado o Curso de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário, parceria firmada entre ESM/TJPA, UFPA, Associação dos Magistrados do Estado Pará e o Instituto Vale, com a entrega do certificado de conclusão de curso.

Neste setembro, atendendo à antiga demanda do TJPA, foi iniciado o Curso de Especialização em Direito Registral Imobiliário, por meio de convênio celebrado com o CESUPA.

Procurando sempre estar em consonância com o que determina o CNJ, vários cursos de preparação, formação inicial e aperfeiçoamento foram ministrados pela Escola, dentre eles destacaram-se os cursos de Aperfeiçoamento em Dosimetria da Pena; Aperfeiçoamento em Direito Agrário: acesso a terra, grilagem e conflitos; Aperfeiçoamento em Direito Digital: crimes cibernéticos, Execução Penal; e Curso de Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação de Conflitos.

Registro ainda, em parceria com a CEIJ, o Curso de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas I e II; Seminário: Infância, Juventude e Políticas Públicas; Colóquio: “Sistema de Garantia de Direitos”.

Dentre a gama de cursos ofertados pela Escola, que sempre procura se projetar para o futuro, não se pode deixar de ressaltar o XVIII Curso de Preparação à Carreira da Magistratura.

Em consonância, pois, com o plano de gestão do TJPA, a Escola tem oferecido cursos e treinamentos que contemplam as mais recentes diretrizes traçadas pela atual gestão, sempre segundo o que determina o CNJ, a ENFAM e o COPEDEM.

Os treinamentos de Libra, SIGA-DOC, Identificação Digital prosseguem em grande escala, procurando viabilizar, em definitivo, a informatização, o processo digital/virtual no TJPA, conquista dos últimos anos que minimizam tempo e custo, não abdicando da qualidade.

Ao finalizar, reitero a importância da reforma do prédio da Escola, que adaptou espaços para melhorar suas tarefas didático-pedagógica com salas apropriadas e equipamentos modernos.

O judiciário é, e será o reflexo das atitudes e ações comprometidas ou não de seus magistrados, reitero minha responsabilidade como cidadão educador e magistrado, hoje Diretor da ESM-PA, de empenhar-me sempre no sentido de proporcionar àqueles que têm o papel de fazer justiça a capacitação e o aprimoramento de seus conhecimentos na perspectiva de impulsionar valores da justiça indispensáveis à cidadania e à democracia. Não esquecendo o que nos ensinou Sócrates:

*“Três coisas devem ser feitas por um juiz:  
ouvir atentamente, considerar sobriamente  
e decidir imparcialmente “.*



Desembargador RÔMULO NUNES

Diretor-Geral da ESM

## 2 Introdução

O alinhamento ao Plano de Gestão para o biênio 2013-2015 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sob a Presidência da Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, foi a premissa adotada pela direção da Escola Superior da Magistratura através de seu Diretor, Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, no sentido de nortear a execução das ações previstas em seu Planejamento Anual - 2014. Portanto os registros consolidados neste Relatório refletem o esforço da equipe da Escola, no desempenho de suas atribuições, com responsabilidade, e no desafio de superar suas limitações, realizar os objetivos traçados, bem como o cumprimento da missão fundamental de proporcionar meios para capacitação de magistrados e servidores, na busca do desenvolvimento pleno das ações inerentes ao Poder Judiciário do Pará.

É fato ainda que todo trabalho realizado é fundamentado nas diretrizes nacionais definidas pelo arcabouço legal emanado do Conselho Nacional de Justiça/CNJ, do Colégio Permanente de Diretores das Escolas de Magistratura/COPEDEM e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/ENFAM, que juntos estabelecem metas e fornecem orientações político-pedagógica aos Tribunais Estaduais e a suas Escolas Judiciais ou de Magistratura, sem, contudo, desrespeitarem a realidade e peculiaridades regionais.

Neste processo foi muito importante a aproximação vivenciada entre o Tribunal de Justiça e a Escola, no decorrer deste ano, principalmente através dos ENCONTROS REGIONAIS que proporcionaram uma participação compartilhada no planejamento e implementação de ações pedagógicas junto a magistrados e servidores, levando a todos a possibilidade de novos conhecimentos e reflexão sobre a própria realidade, objeto de suas intervenções na perspectiva de transformá-la.

Quando os Tribunais de Justiça buscam melhorar sua eficiência e, por que não dizer, alcançar um nível de excelência, é imprescindível que apostem em seu capital humano, magistrados e servidores, com seus conhecimentos acumulados, habilidades, talentos, valorizando-os e consequentemente motivando-os, para assumirem conscientemente o papel de sujeitos empreendedores da máquina judiciária.

É neste cenário que as Escolas Judiciais ou de Magistratura, sob a coordenação da ENFAM, devem apropriar-se de novos métodos e intervenções pedagógicas que resultem em respostas emancipatórias aos anseios dos que buscam capacitação permanente e, principalmente, “vistam a camisa” do time que busca a legitimação social do poder judiciário ou seja “REALIZAR JUSTIÇA”.

*“NÃO HÁ PAZ SEM JUSTIÇA, NÃO HÁ  
JUSTIÇA SEM PERDÃO”*

(Papa João Paulo II).



Heloísa da Silva Mota Pereira  
Secretária Geral ESM/PA





Primeira sede própria da ESM/PA, na Trav. Quintino Bocaiuva



Ampliação da ESM/PA com aquisição de um imóvel contíguo à sua sede

### 3 Histórico

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará (ESM/PA), há 32 anos atua na área do ensino das letras jurídicas. Criada por meio da Resolução nº 06, de 8 de dezembro de 1982, e aprovada pelo Colendo Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA), em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1982, é uma instituição de ensino vinculada ao TJE-PA, com a finalidade geral de formação e seleção de recursos humanos para o exercício de cargos de magistratura e executivos, bem como a prestação de serviços à comunidade.

Instituída na presidência do eminente Desembargador Manoel Cacela Alves, a ESM/PA foi implementada na administração do então Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Edgar Maia Lassance Cunha.

Inicialmente, a Escola desenvolveu suas atividades nas dependências do Palácio de Justiça, tendo como diretor o Desembargador Sílvio Hall de Moura. No dia 29 de dezembro de 1986 – época em que o Tribunal de Justiça era presidido pelo Desembargador Ary da Mota Silveira – a Escola teve inaugurada a sua sede própria, na travessa Quintino Bocaiuva, cabendo a direção aos Desembargadores Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos e Almir de Lima Pereira.

Outro marco na história da ESM/PA foi a aquisição de um imóvel, ao lado do já existente, que passou por ampla adaptação e reforma de seu espaço, em janeiro de 2007, possibilitando a ampliação e modernização do estabelecimento de ensino. Na ocasião, o Tribunal de Justiça era presidido pelo Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre e o cargo de Diretora-Geral era exercido pela Desembargadora Sonia Maria de Macedo Parente.

Em 30.07.2007, foi publicada a Resolução/TJPA nº 028/07, dispondo sobre o atual Regimento Interno da Instituição. Já a estrutura organizacional – instituída por meio da Lei nº6.173, de 23 de dezembro de 1998, e composta inicialmente de Conselho Superior, Presidência, Diretoria Geral,

Coordenadoria e dos Departamentos Administrativo-Financeiro e Acadêmico, foi modificada pela Lei 7.258, de 8 de abril de 2009, que acrescentou a Diretoria-Geral Adjunta e o Departamento de Ensino e Pesquisa e transformou a Coordenadoria em Secretaria Geral.

Em 2008, a ESM/PA lançou o primeiro número da revista A LEITURA - Caderno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, com periodicidade semestral, reunindo trabalhos inéditos relacionados com assuntos de interesse jurídico-pedagógico ou que representem resultados de estudos e pesquisas sobre a atividade jurisdicional. Hoje a revista está em seu décimo segundo número, trazendo artigos, entrevistas, resenhas, reportagens e relatos, além de contos e poemas, valorizando também trabalhos de caráter literário e reconhecido valor artístico.

Atualmente, a ESM/PA é presidida pela Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, atual Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. A Direção Geral está a cargo do Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, ex-presidente do TJPA (gestão 2009/2011), a Diretoria Adjunta é exercida pelo Desembargador Leonam Gondim da Cruz Jr, e a Secretaria Geral pela Professora Heloísa da Silva Mota Pereira.



Nos seus 32 anos de existência, a Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará tem-se destacado na sociedade paraense, tanto como instituição prestadora de ensino de qualidade, quanto como formadora de profissionais capacitados para diversas carreiras jurídicas, pois figuram como seus alunos e ex-alunos inúmeros magistrados, promotores de justiça, defensores públicos e dezenas de integrantes de carreiras jurídicas, o que atesta a qualidade e a excelência dos cursos por ela realizados.

A ESM/PA, atualmente, oferece capacitação continuada presencial e a distância através de cursos de atualização e aprimoramento dos conhecimentos a todos os magistrados, assessores e servidores que integram o quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e demais interessados na área jurídica. Os desafios são inúmeros, a começar pela superação dos obstáculos físicos e geográficos, típicos do Estado do Pará, com suas comarcas localizadas em regiões distantes da capital. A Escola, no entanto, não economiza esforços em seu propósito, sempre buscando novas ferramentas, para a realização de cursos a distância e transmissão de aulas e palestras online, intensificando intercâmbio e convênios com as demais Escolas Estaduais da Magistratura e a Nacional na troca de experiências e disponibilização de cursos e demais eventos oferecidos ao público da Escola.

Neste 2014 foi inaugurada a reforma física do prédio da Escola, adaptando-o às necessidades dos cursos ofertados e ao melhor desempenho da equipe. Do mesmo modo multiplicaram-se as atividades pedagógicas.

## 4 Missão

Proporcionar a magistrados e servidores a capacitação indispensável ao desenvolvimento do exercício pleno das ações inerentes ao Poder Judiciário do Estado do Pará, bem como oferecer oportunidade de preparação jurídica ao ingresso na carreira da magistratura.

Congregar em torno de temas jurídicos variados segmentos profissionais e sociais comprometidos com questões relevantes da sociedade paraense.

### OBJETIVOS

- Oferecer capacitação continuada, presencial e EaD a magistrados e servidores.
- Oportunizar aprendizagem teórica e prática baseada na atualização da cultura jurídica.
- Estimular a reflexão e capacitação sobre a problemática jurídica decorrente de novos fenômenos sociais que exigem ser dirimidos pelo Poder Judiciário;
- Propiciar formação e aperfeiçoamento jurídico e transversal aos recursos humanos do Poder Judiciário, tornando-os sempre aptos a resolverem questões demandadas da sociedade.

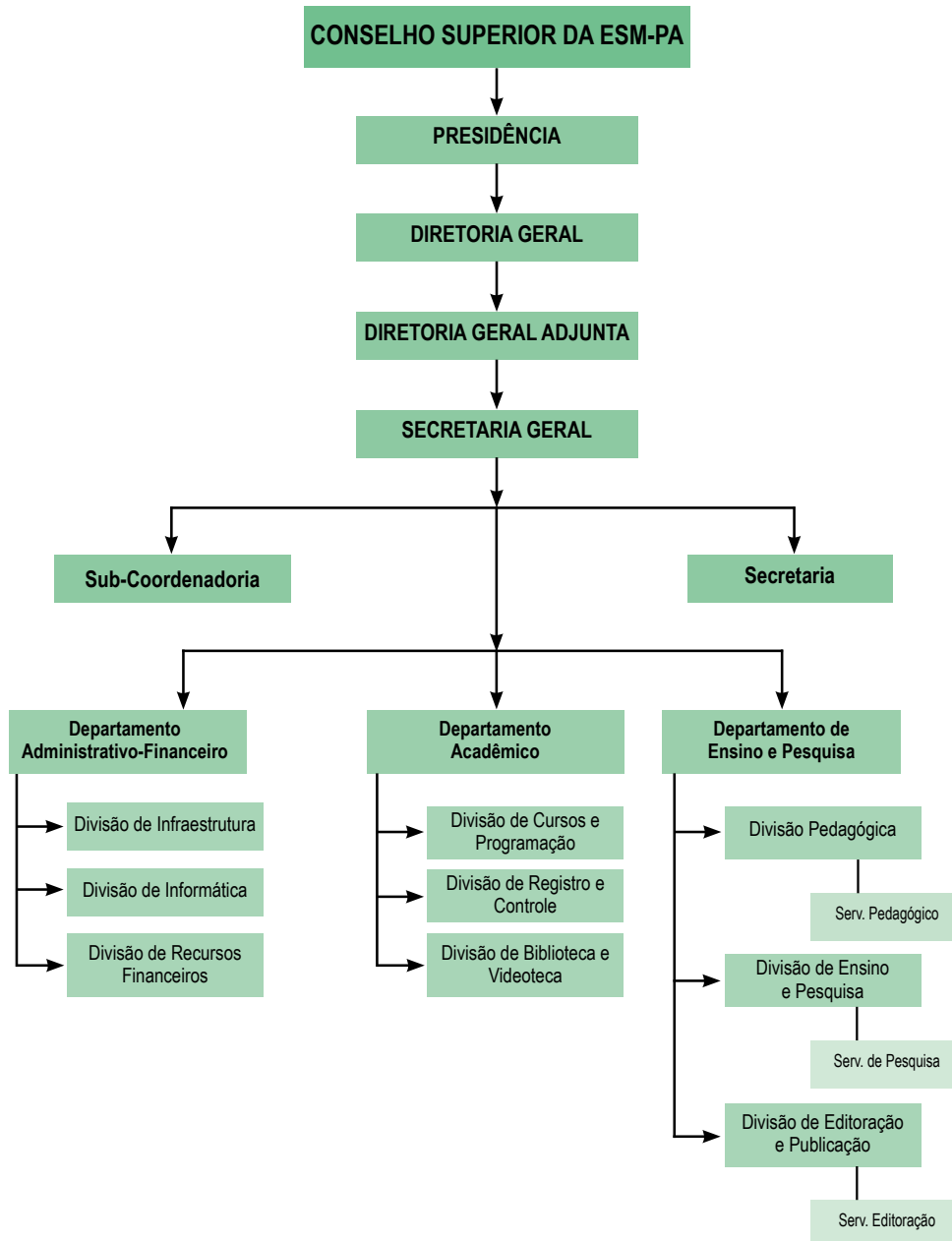
## **ESTRATÉGIAS**

- Estreitar a relação intrainstitucional - TJE e ESM, na busca de maior envolvimento de magistrados e servidores com a missão da Escola.
- Criar meios de modernização e fortalecimento institucional na área de Tecnologia de Comunicação/TIC, para utilização do EaD como ferramenta fundamental.
- Ampliar realização de convênios e contratos de cooperação técnica para realização de Cursos e Eventos.
- Ampliar e capacitar o corpo técnico e funcional da Escola, compatível com proposta organizacional ampliada pela criação do Departamento de Ensino e Pesquisa.

A ESM/PA procura realizar seus objetivos por meio de estratégias sempre norteadas por valores imprescindíveis que pautam o cenário jurídico nacional e local.

## **VALORES**

- Ética
- Celeridade
- Modernidade
- Responsabilidade Social e Ambiental



As atividades desenvolvidas pela ESM/PA, sob a orientação do Diretor Geral e da Secretaria Geral, seguem seu eixo estrutural alicerçadas em três departamentos. Departamento Administrativo e Financeiro, que consubstancia as atividades-meio através da Divisão de Infraestrutura, de Informática e de Recursos Financeiros.

As atividades-fim são executadas pelo Departamento Acadêmico através de suas três divisões: Divisão de Cursos e Programação, de Registro e Controle, de Biblioteca e Videoteca.

E o Departamento de Ensino e Pesquisa através da Divisão Pedagógica, de Ensino e Pesquisa, de Editoração e Publicação.

A interação é essência de sua gestão. Ensino, pesquisa e difusão do conhecimento são os pilares que, funcionando de modo integrado e harmônico, fornecem permanentemente subsídios um ao outro, ao conjugarem ações coordenadas com a intenção de propiciar a formação inicial e continuada a magistrados, servidores, operadores do direito em última análise.

Em 2014, a ESM/PA deu continuidade às atividades pertinentes à área de TI para consolidar a transmissão de cursos on-line e possibilitar por meio da EaD ampliação do atendimento de suas demandas nas comarcas do interior com ensino virtual.

É válido ressaltar que a Escola tem contrato com a empresa Oversee Tecnologia e Sistemas, responsável pelos serviços de tecnologia da informática, que conta com profissionais capacitados na área e com equipamentos apropriados.

Em 2014 concluiu-se a reforma nos dois prédios, adaptando-os às novas demandas e ampliando-os para melhor desempenharem suas atividades didático-pedagógicas.

Nesta trilha a ESM/PA procura garantir conhecimentos primordialmente voltados ao estudo, pesquisa e ensino da Ciência do Direito, com enfoque técnico-jurídico, ao mesmo tempo em que procura alicerçar conhecimentos no campo filosófico, sociológico e humanístico, buscando a excelência na prática da Justiça e o respeito à dignidade do homem.



## 5.1 Departamento Administrativo-Financeiro

A realização de cursos e eventos da Escola Superior da Magistratura, de modo exclusivo ou em parceria com outras unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado, ou mesmo com outras instituições públicas e privadas demanda estrutura organizacional coordenada e cooperativa para atingir os fins institucionais e planejamento anual de atividades e metas.

O Departamento Administrativo-Financeiro participa das atividades da Escola através do planejamento conjunto com os Departamentos de Ensino e Acadêmico, sob supervisão da Secretaria Geral e da Direção Geral, da orçamentação e execução, até a avaliação final do resultado operacional.

O DAF realiza o controle de pessoal (frequência, férias, licenças, justificativas etc.) de material (solicitação, distribuição, consumo, reposição etc) e de infraestrutura (limpeza, consertos, substituições de equipamentos, manutenção em geral, etc.). O DAF é responsável também pela distribuição da revista A LEITURA, providenciando a atualização, através da divisão de informática, do banco de dados dos destinatários cadastrados e dos procedimentos de envio, através dos Correios e do transporte da Escola.

A Divisão de Informática, integrante do DAF, é responsável pelo suporte de equipamentos de informática, apoio de aplicativos do Tribunal de Justiça e os desenvolvidos na Escola (aplicativos DAC, DAF e SG) aos professores para o ministério de aulas com emprego de recursos didáticos informatizados.

Nos anos de 2013 e 2014, por necessidade da administração do TJE, a estrutura física da Escola foi intensamente utilizada para a realização dos módulos do curso sobre SIGA-DOC, atendendo às necessidade de servidores.

No primeiro semestre de 2014 foi finalizada a reforma dos prédios que compõem a Escola da Magistratura possibilitou considerável melhora de sua estrutura e atividades desenvolvidas. A par da revitalização da pintura externa

e interna, dentre as principais melhorias é possível destacar: o novo auditório, com 107 (cento e sete) lugares, totalmente reformulado e de acordo com as normas de inclusão da pessoa com necessidades especiais, laboratório de informática com 32 (trinta e dois) computadores e alguns scanners, nova sala de aula, totalizando 4 (quatro) salas, sala de som para suporte aos eventos no auditório, novas salas de reunião e de professores, nova copa-cozinha no andar térreo, com estrutura para servidores e cursistas, sala multiuso, reestruturação das salas dos departamentos administrativo, de ensino e pesquisa e acadêmico e da Secretaria da Escola, de modo a permitir melhor comunicação entre os servidores de cada setor, bem como dos departamentos entre si.

## 5.2 Departamento Acadêmico

O trabalho desenvolvido em 2014 pelo Departamento Acadêmico da ESM-PA objetivou dar continuidade aos projetos de modernização das atividades de Gestão Acadêmica e Registro Escolar implantados em 2012. Neste sentido, procurou-se capacitar os servidores do departamento aos novos desafios institucionais da formação continuada, em especial, no provimento de soluções ao Ensino a Distância.

Neste rumo, mais de 2.294 horas de atividades foram promovidas quer para Magistrados, Servidores, quer para a comunidade jurídica paraense, conforme objetivos gerais do Regimento Interno.

Assim, questões como acesso ao ensino nas localidades distantes deste Estado, disponibilidade de conteúdo em tempo integral, acesso ao docente e suporte às questões de registro acadêmico a todos os servidores da ESM-PA foram priorizados neste esforço de modernização.

No campo da Gestão Acadêmica, destacamos, neste ano de 2014, o inventário, identificação e indexação de 31 anos de registros documentais como parte do projeto de Gestão Eletrônica de Documento/GED. Neste rumo, todos os armários e arquivos foram analisados objetivando um completo registro da vida escolar da ESM nestas três décadas.

Assim, dividimos nossas ações em em dois grupos:

Ações de Gestão Acadêmica - que visam a melhorar qualificar e dar eficiência e eficácia às atividades acadêmicas da ESM-PA, sempre focada na gestão e controle da informação.

Ações de Registro Escolar - que visam ao efetivo controle do registro dos dados escolares dos alunos, bem como do controle da documentação de cada um, objetivo fim deste departamento.

As Ações de Gestão Acadêmica desenvolvidas em 2014 foram as seguintes:



### **AÇÕES DE GESTÃO ACADÊMICA – EDITAIS DE INSCRIÇÃO**

Ampliação do serviço de EDITAIS DE INSCRIÇÃO e/ou MATRÍCULA - que visam a regular o compromisso dos Magistrados com os cursos ofertados pela ESM-PA. Cada edital é acompanhado da Grade de Disciplinas e Termo de Compromisso.

## **BOM DIA**



Uma vez implantado a INTRANET - BOM DIA ESM-PA, essa foi totalmente remodelada e adaptada às necessidades de divulgação interna de eventos, documentos e atividades internas, principalmente no tocante à disponibilização de grande acervo de documentos digitais, como contratos, portarias, instruções normativas, leis, convênios, projetos, etc. Todos de interesse da gestão interna diária das equipes.

### **GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS - GED**



O projeto de GED iniciado em 2012 teve continuidade com a regularidade no serviço de digitalização dos documentos de cada curso concluído. Assim, listas de frequências, notas e certificados foram digitalizados facilitando em muito a consulta dos mesmos em tempo real, gerando respostas rápidas às demandas dos cursistas por informação ou titulação. Cabe ressaltar o amplo levantamento e análise de 31 anos de documentação, em que se procurou identificar, indexar e armazenar esta em local apropriado com farta ferramenta de localização. Reafirmamos, assim, a necessidade da socialização da informação como instrumento de valorização da equipe, agregando valor ao trabalho de atualização de documentos pelos gestores acadêmicos, dando sustentabilidade à informação institucional da ESM-PA.

### **PÁGINA DA ESM-PA NA INTERNET –** Dando seguimento ao projeto do



novo portal do TJPA, implementado pela Secretaria de Informática, o Departamento Acadêmico vem atualizando o site com a divulgação de novos cursos e orientações, captando, cada vez mais, o público-alvo dos eventos e cursos realizados pela ESM e pelo TJPA.

### **MALA DIRETA ACADÊMICA DIGITAL –** O serviço da mala direta foi ampliado



por email, objetivando maior divulgação dos eventos da ESM, não apenas para Magistrados e Servidores, mas também para a base segmentada de contatos por grupos de interesses constantes na base de conhecimento do ambiente de Educação a Distância. Neste sentido, eventos

afins foram divulgados para todos aqueles que, no ano anterior, participaram de encontros e seminários com a mesma temática, ampliando e focando a divulgação, garantindo, assim, a participação dos atores sociais em atividades específicas.

Assim, sofisticamos e objetivamos o serviço de comunicação evitando mensagens desnecessárias àqueles cujo interesse não se alinha com o tema do evento proposto. Ao todo foram mais de 6.000 inscrições realizadas online no ano de 2014 conforme veremos a seguir.

### **PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE ESM / GRÁFICA RÁPIDA –** A ampliação



do uso do ambiente de Educação a Distância nos cursos de pós-graduação, formação, capacitação e demais eventos, disponibilizando todo o material didático impresso via ambiente virtual de Educação a Distância, reduziu de forma significativa o consumo de papel e demais materiais consumíveis, bem

como o esforço de pessoal, antes alocados no serviço de repografia. A ESM, em alinhamento com as ações estratégicas do TJPA, trocou os contratos terceirizados de impressão por impressão própria, sem prejuízo de suas ações, havendo, pois; drástica redução no consumo de papel.

## CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA – Implementada a ferramenta

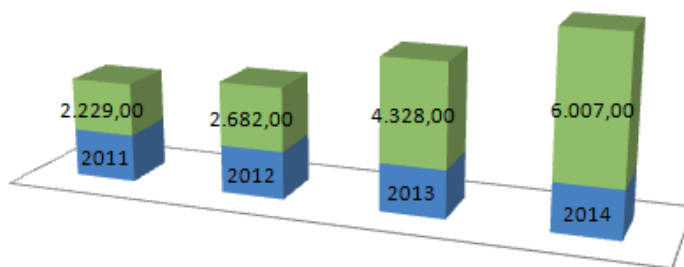


Moodle 2011, o projeto de Educação a Distância foi fortemente ampliado em 2013/2014 com a formação de pessoal capacitado na ESM para operar o ambiente virtual em favor da disponibilidade de eventos e cursos a distância.

Neste norte, textos, apresentações, vídeos, vídeo-aulas, som e todo o tipo de material didático foram disponibilizados no Ambiente de Educação a Distância de cada curso, solidificando o chamado sistema híbrido de educação, em que o ensino presencial é auxiliado pelas ferramentas de EAD.

Para bem expor a evolução deste trabalho apresentamos abaixo a evolução do acesso ao Ambiente de Educação a Distância pelo número de inscrições realizadas pelo AVA nos cursos e eventos promovidos pela ESM, quer presenciais apoiados por tecnologia de EAD, quer nos eventos 100% virtuais.

### NR. DE INSCRIÇÕES



Ao todo foram mais de 15.200 inscrições realizadas pelo sistema de EAD desde sua implantação em 2011.



**CERTIFICADO DIGITAL** – Ainda no esforço do EAD, vários eventos oferecidos a distância foram contemplados com o serviço de CERTIFICADO DIGITAL, ou seja, o próprio participante, uma vez consolidada sua aprovação, quer por frequência, quer por avaliação e frequência, pode imprimir pelo

sistema virtual seu certificado digital, facilitando a operação de entrega, além de reduzir o consumo de papel próprio de certificados, ou seja, folhas de papel A4 de 120 gramas Couchê.



**VÍDEOTECA ESM** – Objetivando organizar e indexar o grande número de vídeos referente a eventos organizados pela ESM a Biblioteca operou um amplo levantamento didático-histórico do seu

acervo de eventos gravados. Tal acervo, hoje indexado está disponível e pode ser consultado na Biblioteca da ESM.

## FORMAÇÃO – 2.294 HORAS DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

O esforço de ensino da ESM alcançou um total de 2.294 horas de atividades acadêmicas em 2014. Dentre as formações ofertadas podemos pontuar:

- Quatro Cursos de Especialização, destes, dois em fase de entrega de monografias e diplomação, um em andamento e um iniciado em 2014.
- 20 Cursos Credenciados pela ENFAM destinados ao vitaliciamento e aperfeiçoamento de Magistrados.
- Um Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos.
- Um Curso Preparatório à Carreira da Magistratura.
- 55 Cursos de Capacitação, Seminários, Fóruns, Encontros Regionais, Aula Magna, Encontro Jurídico dentre outros eventos.

Assim, a totalidade deste esforço educacional alcançou 3.208 formações com um total de 2.294 horas de atividades acadêmicas. Cabe observar que além do atendimento de Magistrados, muitos assessores e demais servidores também foram alcançados pelo esforço de ensino da ESM, qualificando esta Escola como uma Escola Judicial, e, não apenas, para Magistrados.

Há de se notar que também foram contabilizadas as atividades em que a ESM disponibilizou espaços, estrutura financeira, humana e material para que outros cursos planejados pelo Tribunal obtivessem igual sucesso em suas realizações, comprovando o caráter institucional da ESM como Escola Judicial.

Para melhor compreender este trabalho vamos dividir a formação continuada em focos específicos.

Primeiro vamos avaliar os dados da FORMAÇÃO CONTINUADA de Magistrados. Os cursos credenciados pela ENFAM, destinados ao vitaliciamento e aperfeiçoamento de Magistrados, totalizaram 453 formações com 1.118 horas de atividades acadêmicas, conforme Quadro 1.

MAPA I ESTATÍSTICO 2014 - FORMAÇÃO CONTINUADA						
Atividades / Cursos	CH	Aprovados ou em Atendimento				
		Magistrados		Servidor TJPA	Outros operadores de Direito	Outros
		Juiz	Des.			
20	1.307	97	0	283	1	72
<b>TOTAL DE FORMAÇÃO</b>		<b>453</b>				

QUADRO 1



As ações voltadas às ATIVIDADES DE EXTENSÃO, previstas no Regimento Interno contemplam a realização de Fóruns, Grupos de Estudos, Encontros Jurídicos, Aulas Magnas, Palestras, Cursos Técnicos de Capacitação e Pesquisas destinadas a Magistrados, Servidores e comunidade, ou seja, tais ações alcançam tanto o público interno como externo, bem como, a cessão de espaços da ESM-PA a outros órgãos do TJPA e do Governo do Estado do Pará.

Neste rumo, podemos pontuar os números no Quadro 2.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO						
Atividades / Cursos	CH	Aprovados ou em Atendimento				
		Magistrados		Servidor TJPA	Outros operadores de Direito	Outros
		Juiz	Des.			
55	987	99	6	223	256	2.171
<b>TOTAL</b>		<b>2.755</b>				

QUADRO 2

Dentre as atividades pontuadas nos Quadros 1 e 2, houve em 2014, 10 atividades disponibilizadas 100% no Ambiente de **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**, **totalizando uma oferta de 119 horas de atividades acadêmicas virtuais, inclusive com o serviço de titulação virtual.**

## ANÁLISE FINAL

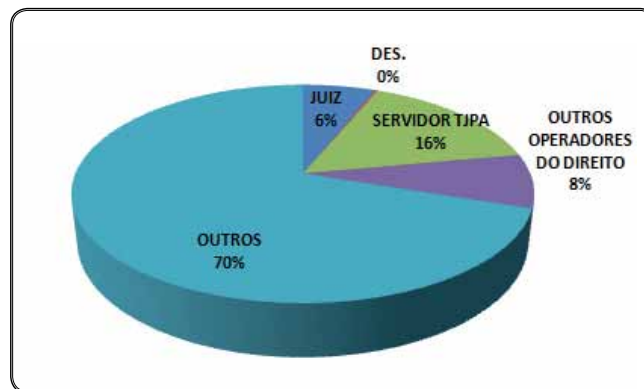
No Quadro 3 consolidamos todo o esforço de formação continuada da ESM em dois grupos de atividades.

MAPA SINTÉTICO - ESTATÍSTICO 2014						
Atividades / Cursos	CH	Aprovados ou em Atendimento				
		Magistrados		Servidor TJPA	Outros operadores de Direito	Outros
		Juiz	Des.			
<b>FORMAÇÃO CONTINUADA</b>	1.307	97	0	283	1	72
<b>ATIVIDADE DE EXTENSÃO</b>	987	99	6	223	256	2.171
<b>TOTAL</b>	2.294	196	6	506	257	2.243
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.208</b>				

QUADRO 3

Podemos perceber um total de 2.294 horas de atividades voltadas à formação continuada de Magistrados, Servidores, outros Operadores do Direito e a Sociedade, conforme prevê o regimento interno (Quadro 4).

#### MAPA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E ATIVIDADE DE EXTENSÃO



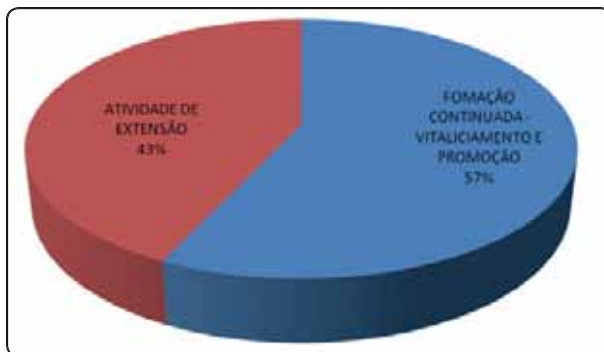
QUADRO 4

Há de se destacar também que a ESM além de contabilizar 202 qualificações de Magistrados, alcançou um número expressivo de servidores 506 qualificações, Quadro 4.

Os eventos que se caracterizam como cessão de espaços à Coordenadoria de Treinamento e Formação de Servidores, da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJE, com titulação própria daquele órgão interno, não contabilizando, portanto, em nossa estatística.

Outro ponto que merece observação é valorar o esforço da ESM no atendimento a Magistrados, seu objetivo maior. Assim ao compararmos a quantidade de horas dedicada a cada grupo, percebemos uma prioridade aos Magistrados (VITALICIAMENTO E PROMOÇÃO), sem perder de vista os demais atores do Poder Judiciário, conforme demonstrado no Quadro 5.

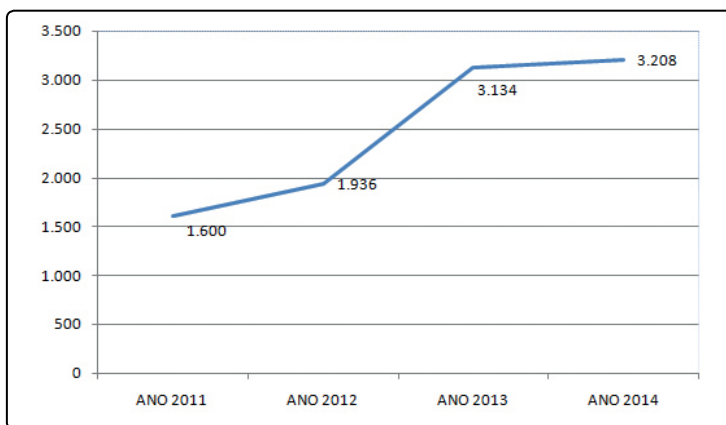
## GRÁFICO DE ATIVIDADE ACADÊMICA



QUADRO 5

Por fim, demonstramos no Quadro 6 a evolução do esforço de formação continuada nos últimos quatro anos da ESM.

## NÚMERO DE FORMAÇÃO CONTINUADA X ANO



QUADRO 6

## Divisão de Biblioteca e Videoteca

O acervo bibliográfico foi atualizado e enriquecido com a aquisição, através de doação, de 325 (trezentos e vinte e cinco) exemplares de livros e revistas.

A Biblioteca disponibilizou o material bibliográfico a seus usuários, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h às 19h, proporcionando, aproximadamente, 99 (noventa e nove) consultas ao acervo, no recinto da Biblioteca, como também realizou 85 (oitenta e cinco) empréstimos domiciliares e 74 (setenta e quatro) devoluções de documentos.

Destacamos a continuação da informatização da Biblioteca, através do Sistema Pergamum, viabilizando a automação das principais rotinas do Setor, disponibilizando online os catálogos do acervo e facilitando o atendimento aos leitores. No período de 07 de janeiro a 23 de outubro foram catalogados, classificados e colocados à disposição dos usuários cento e vinte e nove (129) títulos de livros, totalizando cento e noventa e dois (192) exemplares; treze (13) títulos de revistas, totalizando quarenta e um (41) fascículos e setenta e sete (77) analíticas de periódicos.

Ressaltamos, ainda, a normalização técnica de cinco (05) artigos do número 12 e três (03) artigos do número 13, este em fase de editoração; editoriais, entrevistas, conferências, crônicas, depoimentos e resenhas que compõem o Caderno A LEITURA, utilizando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Foi iniciada a organização do catálogo de DVDs do Departamento Acadêmico que será incorporado à Videoteca.

ACERVO DA BIBLIOTECA ESM	
Livros	960
Revistas	1640
VIDEOTECA (CDs, DVDs, Fitas de vídeo)	326
<b>TOTAL</b>	<b>2.926</b>

## 5.3 Departamento de Ensino e Pesquisa

O Departamento de Ensino e Pesquisa caminha integrado ao plano de gestão 2013/2015 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e contribui na organização e formatação dos curso de formação e capacitação dos magistrados paraenses. Concebe o mecanismo pedagógico de aquisição de conhecimento e possibilita o desenvolvimento de competências em favor da efetiva e humanizada prestação jurisdicional.

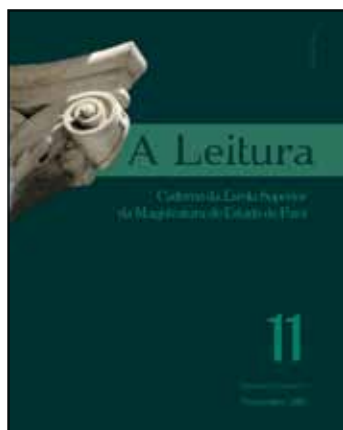
Integra a estrutura do SISFAM/ENFAM credenciando seus cursos na forma da Resolução n. 03/2013 e alterações posteriores. Garante, desta forma, que a atividade discente respeite a normativa constitucional de vitaliciamento e promoção dos magistrados paraenses.

Foram diversos os cursos de aperfeiçoamento para magistrados vitaliciados e vitaliciandos, cursos de pós-graduação lato sensu, curso preparatório à carreira da magistratura. Destacam-se, também, os projetos realizados em cooperação com outros núcleos administrativos do Tribunal de Justiça, que ampliaram o foco metodológico do Departamento para abraçar questões relativas à Gestão Administrativa, à Criança e Adolescente e aos Direitos Humanos.

Interessante relatar que o DEP participou ativamente na concepção metodológica de eventos promovidos pela Presidência do TJE/PA, como os Encontros Regionais da Magistratura e o “Curso de Ambientação” dos novos magistrados.

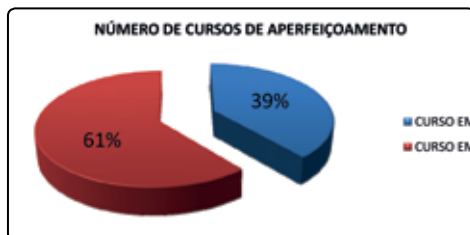
Foram publicadas duas novas edições da Revista "A LEITURA", mantendo-se a periodicidade, disponibilizando-a integralmente em formato eletrônico (Flash player). À Revista foram acrescentadas novas seções: Conferências, Em Destaque, Relato de Experiências de projetos exitosos, alguns premiados pelo CNJ, divulgando a produção do TJPA e conhecimento na área do Direito.

Este Departamento elaborou o relatório anual, sua concepção, projeto gráfico e editoração eletrônica, bem como a criação de cartazes, banners para divulgação de eventos institucionais, também a concepção e projeto gráfico do painel do auditório. E, ainda, a supervisão do vídeo institucional.



O Departamento neste processo de integração, em consonância com a Assessoria Especial da Presidência, atende às solicitações de revisão de textos, formatação e padronização dos novos projetos desta gestão, assim como o Manual para Elaboração de Projetos. Também coube à Divisão de Editoração a revisão, editoração eletrônica, produção e projeto gráfico do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado Pará. Ainda, a revisão tanto do livro *Tribunal de Justiça do Estado do Pará 140 anos*, quanto do Relatório de Gestão 2013/2014 da Corregedoria Metropolitana de Belém.

Em 2014, houve considerável aumento do número de cursos e horas - aula, de treinamentos ofertados e da participação da Escola em eventos institucionais, o que agrega valores e propicia o acesso à justiça. A evolução dos Cursos da ESM pode ser mensurada nas figuras abaixo.



## 6 Atividades Pedagógicas

A ESM/TJPA promove cursos, treinamentos, palestras, encontros, seminários, simpósios de várias ordens, todos voltados para a Ciência do Direito e áreas-afim, alguns em parceria/convênios.

### 6.1 Cursos de Pós-Graduação

Convênios e parcerias foram celebrados pelo TJE/ESM/PA com instituições jurídicas públicas e instituições privadas para a realização de cursos de Pós-Graduação, destinados a Magistrados e Servidores do TJPA, com o objetivo de atender às demandas relacionadas à formação na área.

Os Cursos de Especialização, iniciado em 2012, estão sendo concluídos neste final de 2014, com apresentação de monografias e a consequente cerimônia de entrega de diplomas.

Especialização em Direito Agroambiental e Minerário, em convênio com a Universidade Federal do Pará/UFPA, tendo como partícipes a Companhia Vale S.A e a Associação dos Magistrados do Pará/AMEPA. Sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio José de Mattos Neto, foi encerrado em outubro passado, com entrega de certificados de conclusão do curso.

O II Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil Individual e Coletivo, objeto de convênio com o Centro de Estudos Superiores do Pará - CESUPA, coordenado pelo Prof. Dr. Jean Carlos Dias, e o I Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, pioneiro no Pará, com base em contrato celebrado com a UFPA/Instituto de Ciências Jurídicas, fruto da parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Krishina Day Ribeiro, encontra-se em fase de conclusão.

Em 2014, foi iniciado o Curso de Especialização em Lato Sensu em Direito Registral Imobiliário, em parceria com o Centro de Estudos Superiores do Pará/CESUPA sobre a coordenação dos Professores, Doutores Jean Carlos Dias/ CESUPA e Luiz Alberto Rocha/ESM. Tem como público-alvo Magistrados e Servidores do TJPA com o objetivo de viabilizar a atuação jurisdicional nas demandas de natureza Registral-Imobiliária.

## 6.2 Cursos Realizados

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	Convênio	C.H
Curso de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário	UFPA	450 h/a
II Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Direito Processual Civil Individual e Coletivo	CESUPA	360 h/a
Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente ★	UFPA	485 h/a
Curso de Especialização <i>Lato Sensu</i> em Direito Registral Imobiliário	CESUPA	360 h/a

★ Em parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado do Pará

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO	C.H
II Curso de Aperfeiçoamento Redação Forense	20
Curso de Formação Inicial-Segunda Etapa - Vitaliciamento e Formação Continuada - Direito Sanitário e Judicialização da Saúde	20
III Curso de Aperfeiçoamento de Direito Digital: Crimes Cibernéticos - Teoria e Prática	28
Curso de Aperfeiçoamento – Vitaliciamento/Promoção por Merecimento – Repercussão Geral e Recursos Repetitivos	08
Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Direitos Humanos: Fundamentos Teórico-Filosóficos Noções Gerais	20
Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – A Fazenda Pública em Juízo sob a Ótica dos Direitos Fundamentais	12
Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Interceptação Telefônica e Telemática: Teoria e Prática	20
II Curso de Formação Inicial-Segunda Etapa - Vitaliciamento / Formação Continuada para Magistrados e Servidores em Execução Penal	10
Curso de Aperfeiçoamento – Direito Agrário: Acesso a Terra, Grilagem e Conflitos	20
Curso de Aperfeiçoamento de Sentença Penal sob o Prisma da Constituição Federal e das Reformas Processuais	08
III Curso de Formação Inicial-Segunda Etapa- Vitaliciamento/ Formação Continuada Aperfeiçoamento em Dosimetria da Pena	08
Curso de Aperfeiçoamento Tutelas de Urgência: Questões Polêmicas e Análise Comparativa entre o Atual Regime e o Projeto do Novo CPC	12
Curso de Aperfeiçoamento Direito Processual Penal: As Recentes Modificações no Processo Penal e a Atuação do Juiz Criminal	20



Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Conciliação e Mediação de Conflitos	15
Curso de Aperfeiçoamento Direito Agrário na Constituição e Políticas Públicas	20
Curso de Aperfeiçoamento Atualidades no Regime Jurídico dos Servidores Públicos	20
Curso de Aperfeiçoamento Aspectos Relevantes da Proteção do Consumidor em Juízo	20
III Curso de Aperfeiçoamento Para Magistrados e Servidores em Execução Penal	10
Curso de Aperfeiçoamento Direito Ambiental: O Código Florestal em Debate	16
II Curso de Aperfeiçoamento de Sentença Penal sob o Prisma da Constituição Federal e das Reformas Processuais	08
IV Curso de Formação Inicial-Segunda Etapa- Vitaliciamento/ Formação Continuada Aperfeiçoamento em Dosimetria da Pena	08
Curso de Aperfeiçoamento Perícia Social: elementos para a produção do laudo social e do parecer técnico.	25
II Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Curso de Aperfeiçoamento Conciliação e Mediação de Conflitos.	15
II Curso de Aperfeiçoamento Perícia Social: elementos para a produção do laudo social e do parecer técnico.	25
Curso de Aperfeiçoamento Processo Eletrônico	20
Curso de Aperfeiçoamento Aplicabilidade intercultural dos direitos das crianças e jovens indígenas	24

<b>NÍVEL DE CAPACITAÇÃO 2014</b>	<b>C.H</b>
Curso de Capacitação de Mediação Judicial no Tribunal de Justiça do Estado do Pará-TJPA nos Moldes da Resolução 125/2010 – CNJ	40
Curso de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas - Etapa II	20
Curso de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas – Supervisão e Acompanhamento Continuados da Turma de 2011	08
Curso de Capacitação de Mediação Judicial no Tribunal de Justiça do Estado do Pará-TJPA nos Moldes da Resolução 125/2010 – CNJ - II Turma	40

<b>CURSOS DE EXTENSÃO</b>	<b>CH</b>
XVIII Curso de Preparação à Carreira da Magistratura	720

## 6.3 Cursos Credenciados 2014

CRENCIAMENTO: NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO	Convênio	CH
Portaria Nº Aguardando. Processo nº- 2014245 - Curso de Especialização Lato Sensu em Direito Registral Imobiliário	CESUPA	360h/a

CRENCIAMENTO: NÍVEL DE APERFEIÇOAMENTO 2014	CH
Portaria Nº 45, de 26 de maio de 2014. Processo nº 201416 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Direito Sanitário e Judicialização da Saúde	20
Portaria Nº16, de 29 de abril de 2014. Processo nº 201455 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Repercussão Geral e Recursos Repetitivos	08
Portaria Nº29, de 30 de abril de 2014. Processo nº 201425 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Direitos Humanos: Fundamentos Teórico-Filosóficos Noções Gerais	20
Portaria Nº5, de 24 de abril de 2014. Processo nº 201480 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – A Fazenda Pública em Juízo sob a Ótica dos Direitos Fundamentais	12
Portaria Nº36 de 19 de maio de 2014. Processo nº 201424 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada - Interceptação Telefônica e Telemática: Teoria e Prática	20
Portaria Nº 88, de 18 de junho de 2014. Processo nº 201483 – II Curso de Formação Inicial – Segunda Etapa – Vitaliciamento/ Formação continuada – Para Magistrados e Servidores em Execução Penal	10
Portaria Nº 93 de 18 de junho de 2014. Processo nº 201427 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada - Direito Agrário: Acesso a Terra, Grilagem e Conflitos.	20
Portaria Nº43, de 26 de maio de 2014. Processo nº 201429 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Sentença Penal sob o Prisma da Constituição Federal e das Reformas Processuais.	08

Portaria Nº 57, de 28 de maio de 2014. Processo nº 201482 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Tutelas de Urgência: Questões Polêmicas e Análise Comparativa entre o Atual Regime e o Projeto do Novo CPC	12
Portaria Nº 92, de 18 de junho de 2014. Processo nº 201428 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Direito Processual Penal: As Recentes Modificações no Processo Penal e a Atuação do Juiz Criminal	20
Portaria Nº 83, de 18 de junho de 2014. Processo nº 201488 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Conciliação e Mediação de Conflitos	15
Portaria Nº 168, de 20 de agosto de 2014 Processo nº 201426 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Direito Agrário na Constituição e Políticas Públicas	20
Portaria Nº 73, de 18 de junho de 2014. Processo nº 2014141 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Atualidades no Regime Jurídico dos Servidores Públicos	20
Portaria Nº 155, de 20 de agosto de 2014. Processo nº 2014239 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Aspectos Relevantes da Proteção do Consumidor em Juízo.	20
Portaria Nº Aguardando. Processo nº 2014276 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada – Direito Ambiental: O Código Florestal em Debate.	16
Portaria Nº Aguardando. Processo nº 2014300 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa - Vitaliciamento e Formação Continuada Perícia Social: elementos para a produção do laudo social e do parecer técnico.	25
Portaria Nº Aguardando. Processo nº 2014275 - Curso de Formação Inicial- Segunda Etapa - Vitaliciamento e Formação Continuada Responsabilidade Civil: Tendências Doutrinárias e Jurisprudências.	20
Portaria Nº Aguardando. Processo nº 2014356 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa - Vitaliciamento e Formação Continuada Processo Eletrônico.	20
Portaria Nº Aguardando. Processo nº 2014317 - Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa - Vitaliciamento e Formação Continuada Aplicabilidade intercultural dos direitos das crianças e jovens indígenas.	24

## 6.4 Em Parceria

A ESM promoveu, em parcerias, cursos, seminários, colóquio correlatos, estudos da realidade do Poder Judiciário do Estado do Pará, e a prestação de serviços, afins à comunidade. Abaixo são apresentadas, em grupos, as atividades em parceria com a CEIJ e com o NUPEMEC-TJPA.

ESM / CEIJ / NUPEMEC / JUIZADO ESPECIAL	CONVÊNIO	CH
Seminário Violência Sexual: Depoimento Especial, Garantia Processual e Proteção Integral	TJPA/CEIJ/ESM	8
Palestra : Garantias Processuais e Depoimento Especial: Oitiva Judicial e Produção de Provas	TJPA/CEIJ/ESM	4
Seminário Regional Pró Convivência Familiar e Comunitária	TJPA/CEIJ/ESM	20
I Encontro de Práticas em Depoimento Especial	TJPA/CEIJ/ESM	8
XXXVI Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE	TJPA/JUIZADO/ESM	16
Curso de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas – ETAPA II	CEIJ*	20
Curso de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas – Supervisão e Acompanhamento Continuados da Turma de 2011	CEIJ	08
Curso de Mediação Judicial no TJPA nos Moldes da Resolução Nº 125/2010 do CNJ	NUPEMEC**	40
Curso de Mediação Judicial no TJPA nos Moldes da Resolução Nº 125/2010 do CNJ - II Turma	NUPEMEC	40
Seminário: Infância, Juventude e Políticas Públicas.	CEIJ	08
Colóquio: “Sistema de Garantia de Direitos: em nome da proteção e do cuidado quais processos de criminalização têm sido construídos”	CEIJ	04
Curso de Aperfeiçoamento em Perícia Social: elementos para a produção do laudo social e do parecer técnico.	NUPEMEC-TJPA	25
II Curso de Aperfeiçoamento Perícia Social: elementos para a produção do laudo social e do parecer técnico	NUPEMEC-TJPA	25
Curso de Segurança para Magistrados	TJPA/CPSICM***	66
Curso de Aperfeiçoamento Aplicabilidade intercultural dos direitos das crianças e jovens indígenas	CEIJ	24

\* CEIJ - Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude

\*\* NUPEMEC - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

\*\*\* CPSICM - Comissão Permanente de Segurança Institucional Coordenadoria Militar

O servidor do TJPA também teve várias atividades focadas no treinamento em atividades administrativas, conforme são apresentadas abaixo.

<b>ESM / TJPA - RECURSOS HUMANOS ATIVIDADE / CURSOS</b>	<b>CH</b>
Curso de Fundamentos do Gerenciamento de Serviços de TI com Base em Itil V3	20
Curso de Cálculo Judicial Básico no Âmbito do TJPA	25
Treinamento de pmbok aos servidores da secretaria de informática	40
Curso Sistema Libra	18
Treinamento Libra para Oficiais de Justiça	60
Treinamento de Ponto de Função	80
Planning and Deployng Microsoft System Center 2012 c.m	25
Capacitação de Contadores Judiciais do TJE/PA	24

<b>ESM / TJPA - SECRETÁRIA DE INFORMÁTICA ATIVIDADE / CURSO</b>	<b>CH</b>
Curso de Capacitação ao Processo Administrativo Digital - sistema siga-doc - turma 15 turmas	235
Treinamento - Novo Storage do TJJPA	15
Curso Redes de Dados Locais e Metropolitanas sem fio Wlan e Wan – teoria	15
Curso Enlaces Via Satélite: Análise, Cálculo e Dimensionamento	10
Curso Redes Metroethernet	15
Secinfo	10

**APOIO E CESSÃO DE ESPAÇO PARA  
OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS**

Fundação Papa XXIII/FUNPAPA – Tribunal de Contas do Estado do Pará/TCE

Avaliada como importante a participação da ESM nos três Encontros Regionais realizados pelo TJE, nos polos de Belém, Marajó e Marabá, cujo foco foi atender à META 8, ou seja, foram eventos que objetivaram a administração judiciária.

ATIVIDADES	REALIZAÇÃO	DIAS
IV Encontro Regional do TJPA - Polo/Belém	TJPA	3
V Encontro Regional do TJPA - Polo/Marajó	TJPA	3
VI Encontro Regional do TJPA - Polo/Marabá	TJPA	3

A ESM mantém convênios e parcerias com outros órgãos e escolas de magistratura de todo o Brasil, possibilitando atividades em parceria com outras instituições do Poder Judiciário Nacional, consoante tabela abaixo.

ESM / TJPA / ENFAM ATIVIDADE / CURSO	CH
Curso Internacional de Atualização em Direito Ambiental e Agrário	30

Neste processo de melhor servir à sociedade no exercício diário do fazer da magistratura, justiça, a interação das escolas na ENFAM é de vital importância. Neste sentido foi criado o Comitê Técnico de Formação e Pesquisa da ENFAM, cuja função primordial é auxiliar o Conselho Superior na identificação das necessidades das Escolas Judiciais da Magistratura.

E bem representando a nossa Escola neste comitê, foi designado, pelo Des. Rômulo Nunes, Diretor Geral da ESM, o Juiz Charles Menezes Barros da 4ª vara Civil de Icoaraci e Juiz Auxiliar da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém.

Ressalte-se também a função social da ESM, prevista em seu regimento, ou seja, cabe a ESM desenvolver atividades voltadas à sociedade como um todo, levando ações e eventos que possam alcançar não apenas os operadores do direito, mas também os demais atores sociais num esforço conjunto em busca da justiça e paz social. Abaixo algumas ações voltadas à sociedade.

<b>EVENTOS PARA A SOCIEDADE JURÍDICA</b>	<b>CH</b>	<b>REALIZAÇÃO</b>
Aula Magna 2014	4	ESM
XVIII Curso de Preparação À Carreira da Magistratura do Estado do Pará	482	ESM
I Jornadas Estaduais de Direitos Humanos: 1ª Dimensão: Direitos Cíveis e Políticos	10	TJPA/ESM
Curso de Formação a Pretendentes a Pais por Adoção - Cinco Turmas	50	TJPA/ESM
Oficina de Formação a Pretendentes a Padrinhos Afetivos do Programa de Apadrinhamento “Conta Comigo”	6	TJPA/ESM
II Jornadas Estaduais de Direitos Humanos	15	TJPA/ESM
Projeto Ribeirinho Cidadão: Ilhas de Belém	6	TJPA/ESM
Curso de Treinamento e Capacitação de Agentes de Proteção da Infância e Juventude da 3ª Vara Cível Distrital de Icoaraci - Cessão de Espaço	3	TJPA

## 7

### Eventos Institucionais

O ano de 2014 foi marcado pela participação da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará em eventos interinstitucionais de grande significado TJPA e para a região.

#### 7.1 Aula Magna

*Magistratura: uma profissão em mutação e os desafios para a sua formação*

A Escola Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Pará deu início ao ano letivo de 2014 com a Aula Magna ministrada pelo Professor e Juiz do Trabalho do Rio de Janeiro, Roberto Fragale Filho, Doutor em Ciência Política. A mesa oficial de abertura foi presidida pela Presidente do TJPA, Desembargadora Luzia Nadja Nascimento.

O professor foi saudado pelo Diretor Geral da Escola, Desembargador Rômulo Nunes, que destacou o currículo do palestrante, bem como a importância do tema, retratando a atual realidade da magistratura e a disponibilidade do magistrado convidado em transmitir aos juízes e operadores de Direito do nosso Estado a sua experiência, conhecimentos e a visão moderna das funções judicantes, ressaltando, ainda, a missão da ESM de proporcionar conhecimentos indispensáveis à formação e aperfeiçoamento do magistrado.



Desembargador Rômulo Nunes, Diretor ESM, saudando o Profº. Fragale



O palestrante discorreu sobre o tema “Magistratura: uma profissão em mutação e os desafios para a sua formação” para um auditório de magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, advogados, professores, estudantes de Direito e servidores públicos.



Prof. Roberto Fragale, ministrando aula magna



Fazendo parte da plateia, a Presidente do TJPA, Luzia Nadja Nascimento, Des. Rômulo Nunes, a Des. Diracy Nunes

Para Fragale, é essencial a reflexão sobre o contexto geral da profissão para se oferecer respostas aos desafios da formação na magistratura, considerando que os desafios na atualidade vão muito mais além do que em alguns anos atrás, havendo um descompasso entre a expectativa social e o exercício profissional.



Plateia atenta às reflexões de Fragale



Diretor da Escola, Des. Rômulo Nunes, confere certificado ao Profº Roberto Fragale

## 7.2 INAUGURAÇÃO DA REFORMA DA ESCOLA

A reforma do prédio da Escola foi concluída no 1ª Trimestre de 2014 e inaugurada em abril, quando o Poder Judiciário entregou a obra com as adaptações e revitalização necessárias para oferecer melhor estrutura a quem procura os cursos ofertados pela instituição.

A abertura do evento coube à Desembargadora Luzia Nadja Nascimento, Presidente do TJPA, com a presença do Desembargador Milton Nobre, no exercício da Vice-Presidência do Tribunal e Ex-Diretor da Escola; do Des. Rômulo Nunes, atual Diretor Geral do ESM; do Desembargador Ronaldo Valle, Corregedor de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém; do Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pará, Alberto Campos; além das desembargadoras aposentadas Heralda Rendeiro e Rosa Portugal, de magistrados e servidores do Judiciário.



A Mesa de abertura, presidida pela Desembargadora Luzia Nadja Nascimento, contou com a presença dos Desembargadores Milton Nobre, Vice-Presidente do TJPA, Rômulo Nunes, Diretor da Escola, Ronaldo Valle, Corregedor das Comarcas da Região Metropolitana de Belém e do Profº. Drº Manoel Gonçalves Ferreira Filho

Na ocasião, o TJPA prestou homenagem póstuma à desembargadora Sonia Maria de Macedo Parente, emprestando seu nome ao novo auditório, que foi todo reformado e modernizado, recebendo equipamentos e estrutura para utilização de equipamentos eletrônicos durante as aulas. A desembargadora Sônia Parente dirigiu a ESM-PA no período de 2001 a 2007. Rita Parente, filha da Desembargadora, recebeu a homenagem em nome da família.



Rita Parente, filha da Desª Sonia Parente, descerou a placa que dá nome ao auditório

Quatro funcionários da Escola, na instituição há mais de 25 anos, Edmundo Cal, Rosângela dos Santos, Delmira de Souza e Raimundo Barbosa, receberam a Medalha Comemorativa aos 30 anos da Escola, que já soma 32 anos, sendo uma das mais antigas instaladas no Brasil.



Des. Rômulo Nunes, Diretor da Escola, homenageia funcionários da ESM



Edmundo Cal recebendo a Medalha das mãos da Presidente do TJPA



Vice-Presidente do TJPA, Des. Milton Nobre, conferindo a Medalha dos 30 anos da Escola à funcionária Rosângela dos Santos



Funcionária da Escola Delmira Souza e Corregedor das Comarcas da Região Metropolitana de Belém, Ronaldo Valle ao entregar a Medalha

O ponto alto do evento foi a palestra do Professor Emérito da Faculdade de Direito de São Paulo/USP Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Doutor pela Université Paris, Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Presidente do Instituto Pimenta Bueno - Associação Brasileira dos Constitucionalistas e Advogado, que proferiu palestra sobre Justiça Constitucional e a Formação de Precedentes, discorrendo sobre a formação do direito, ações direta de inconstitucionalidade, ações declaratórias de inconstitucionalidade, efeito vinculante e outras questões.

O eminente palestrante foi apresentado pelo Diretor da Escola Superior da Magistratura do TJPA, Desembargador Rômulo Nunes, que enfatizou a relevância da integração institucional, ao intercambiar conhecimentos na área do Direito.



Professor Dr. Manoel Gonçalves proferindo sua palestra



Atenta plateia aos ensinamentos do Professor Manoel Gonçalves

O Professor Manoel Filho salientou o papel das Escolas da Magistratura, destacando que:

*“Essas instituições são muito importantes porque há uma passagem necessária entre a teoria e a prática que essas escolas facilitam. Digo isso porque, nas faculdades, o ensino é essencialmente teórico e muito distante, às vezes, da realidade concreta. As escolas têm procurado diminuir esse distanciamento entre a teoria e a prática, e isso é muito importante para habilitar o futuro juiz a poder exercer a sua função com capacidade e com dignidade”.*

O Desembargador Rômulo Nunes também destacou a importância das Escolas de Magistratura no cenário nacional, ressaltando que:

*“A redenção da justiça brasileira reside em dois eixos fundamentais. O primeiro, sem dúvida alguma, é a informatização. No momento que se informatizar por completo a justiça brasileira ela será, certamente, uma justiça de primeiro mundo, em que se dará uma resposta mais célere, mais rápida aos nosso jurisdicionados. O segundo eixo passa pelas escolas da magistratura, no sentido de preparar, de aperfeiçoar, de formar magistrados e servidores que têm o compromisso com a magistratura. Só assim nós poderíamos dar uma resposta eficaz aos nossos jurisdicionados”.*

A Escola estimula a busca do conhecimento. Esta foi a temática da fala da Presidente do TJPA, Desembargadora Luzia Nadja.

*“O investimento físico na instituição faz com que possamos disponibilizar melhor espaço para as atividades desenvolvidas pela escola, no sentido de que aquelas pessoas que participam dos nossos cursos, não só magistrados como servidores, mas também o público externo, possam ter o conforto necessário para o aprendizado que for disponibilizado”.*

A presidente ainda ressaltou que:

*“É importante dizer que a Escola estimula a busca do conhecimento, conhecimento esse, no mundo moderno, tão galopante com a virtualização das informações. E nós precisamos estar prontos pra este século XXI. Hoje as escolas, a nível nacional, discutem a profissionalização, cursos direcionados não só na parte doutrinária, mas principalmente no seu dia a dia, na busca pela celeridade, pela efetividade das decisões, para que todos possam discutir suas dificuldades, tirar suas dúvidas e chegar a um consenso. Atualmente nós trabalhamos muito com workshops, que é o caminho para que, reunidos, possamos ouvir, falar e chegar ao melhor resultado”.*



O Encontro Jurídico/2014 da Escola Superior da Magistratura, promovido pela ESM/TJPA, com o apoio da Academia Paraense de Letras Jurídicas e do Instituto Sívio Meira, realizou-se no Auditório Des. Agnano Monteiro Lopes, (Fórum Civil/Cidade Velha), no dia 18 de dezembro.

Temas atuais e palpitantes constituíram a temática das duas mesas, para um público-alvo, dentre membros da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública, Advogados, Professores, Servidores Públicos, Acadêmicos de Direitos e a comunidade interessada.

Com abertura do Diretor Geral da ESM, Des. Rômulo Nunes, a 1ª mesa, cuja presidência coube ao Des. Leonam Gondim da Cruz, Vice-Diretor da ESM, versou sobre a Temática “O Princípio da Recuperação Judicial”. Teve como palestrantes o Profº Clóvis da Gama Malcher Filho, Doutorando em Direitos Comercial pela Faculdade de Direitos de Lisboa e membro da APLJ e da APL; o Juiz Raimundo Rodrigues Santana Doutorando e Mestre pela UFPA; e ainda o Dr. Eduardo Montenegro Serur, Profº da Escola Superior da Magistratura do TJPE e Doutorando da PUC/SP.

A 2ª Mesa, sob a presidência do Prof. Luis Alberto Rocha, Diretor do DEP/ESM, abordou o tema “O Princípio da Preservação da Função Social da Empresa”, teve como palestrantes o Des. do TJPA Dr. Milton Augusto de Brito Nobre, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, Ex-membro do CNJ e do TJPA, Prof. emérito de Direito Comercial da UFPA; e o Des. Federal Newton de Lucca, Presidente do TRF/SP, Profº Dr. de Direito Comercial da USP.

Os debates foram intenso e extenso pela importância e atualidade da temática, e pelo interesse da plateia. A participação dos eminentes juristas palestrante e dos interessados participantes foram determinante para o sucesso deste Encontro Jurídico da ESM, que encerrou, com excelência o ano letivo da ESM/TJPA.



Des. Rômulo Nunes procedendo à abertura do evento



Prof.º Clovis da Gama Malcher, discorrendo sobre o Princípio da Recuperação, durante a 1ª mesa, presidida pelo Des. Leonan Gondim da Cruz Junior



Prof.º Dr.º Eduardo Serur



Juiz Raimundo R. Santana participando da 1ª mesa



Na 2ª mesa, presidida pelo Profº Luiz Alberto Rocha, o Des. Milton Nobre proferiu palestra sobre o Princípio da Preservação da Função Social da Empresa



Também da 2ª mesa, participou o Des. Newton de Lucca, Presidente do TRF/SP



Des. Newton de Lucca ao entregar sua publicação ao Diretor da ESM Des. Rômulo Nunes



Desembargadores Newton de Lucca e Milton Nobre na entrega dos certificados

## 8 Eventos em Integração

A Escola Superior da Magistratura participou ativamente de encontros institucionais e inter-institucionais. É relevante o esforço contínuo na busca da integração aos diversos seguimentos jurídicos quanto ao enfrentamento de questões que exigem a implementação de políticas públicas que podem ser realizadas por meio de parcerias em ações programadas, realização de projetos, cursos, eventos científicos ou na divulgação do conhecimento jurídico.

### 8.1 Encontros Regionais

A Escola Superior da Magistratura participou dos três Encontros Regionais do Poder Judiciário realizados pelo TJE, congregando magistrados e servidores em diversas atividades, propiciando reflexões profundas e debates profícuos na área do direito e gestão institucional.

#### IV Encontro Regional do Judiciário Paraense Magistrados e Diretores de Secretaria/Polo Belém

Aproximar os gestores do judiciário, a fim de trocar informação, receber demandas e alinhar as ações ao planejamento estratégico 2015/2020 e disseminar conhecimentos sobre a área jurídica deram ênfase ao Encontro.

Temas como planejamento estratégico, metas nacionais justiça em número e a formação do judiciário por meio de oficinas e debates abertos foram apresentados. Quatro das cinco palestras foram organizadas pela Escola: “Alterações do Novo Código de Processo Civil”, com o Professor Doutor José Henrique Mouta; “Reflexo dos Precedentes nas Decisões Judiciais”, com o Professor Doutor José Levi do Amaral Júnior; “Compliance: Interação das Autoridades Administrativas e Judiciais, previstas na Lei 12.846/13 – Lei Anticorrupção”, com a Professora Doutora Fabíola Emilin Rodrigues; e “A formação do Gestor judiciário” com o Prof.Msc. José Lucas Neto.



Profª. Dra. Fabiola Emilin Rodrigues no IV Encontro do Judiciário Polo - Belém



Conselheiro Rubens Curado/CNJ, ministrou a palestra principal sobre Planejamento Estratégico do Judiciário e foi saudado pelo Des. Milton Nobre

## V ENCONTRO REGIONAL DO JUDICIÁRIO PARAENSE POLO – MARAJÓ

Em agosto ocorreu o V Encontro Regional do Judiciário Paraense/Polo Marajó, também voltado para o desenvolvimento das atividades judicante, com palestras, oficinas e debates que objetivaram a melhoria dos serviços jurisdicionais. A capacitação de pessoal envolveu planejamento e gestão, e palestras sobre temática afim, dentre elas a palestra organizada pela Escola sobre o novo Código Processo Civil proferida pelo Profº. Drº Henrique Mouta.



Presidente do TJPA discorrendo sobre estrutura organizacional, planejamento e gestão



Professor Drº Henrique Mouta

## **VI ENCONTRO REGIONAL DO JUDICIÁRIO PARAENSE POLO – MARABÁ**

O VI Encontro Regional do Magistratura deu continuidade à programação de gestão do TJPA, procurando integrar comarcas, aproximar os gestores, capacitar pessoal por meio de oficinas, apresentações, palestras, procurando sempre a melhoria da prestação dos serviços aos jurisdicionais.

Coube à Escola da Magistratura organizar palestras com eminentes professores, doutores com reconhecimento na comunidade.

Professor Drº Roberto Fragale, Juiz do Trabalho/RJ, proferiu a palestra sobre o processo de mudança na advocacia a partir dos avanços tecnológicos que transformaram uma atividade liberal em atividade empresarial com ofertas cada vez mais ostensivas na internet de serviços on line de acesso ao direito, sem o contato direto com o advogado.

José Lucas Neto, também convidado da ESM, pós-graduado em Gestão Financeira, Auditoria & Controladoria pela FGV/RJ e especialista em Family Bussines pelo Babson College (MA-USA) e em Macroeconomia pela Columbia University (NY-USA), palestrou sobre A Gestão no Judiciario.



Desa. Luzia Nadja fala a magistrados e servidores no primeiro dia do Encontro



José Lucas Neto: "O processo não é apenas um número para o CNJ, é a mudança de uma vida"



Prof. Heloísa Mota, da ESM, durante apresentação do Prof. Dr. Roberto Fragale Juiz do Trabalho/RJ



A ESM tem investido sobretudo na capacitação dos magistrados, segundo a demanda aferida. Dentre os Cursos de Especialização, encerrou-se o de Direito Agroambiental e Minerário, com a entrega de certificados aos concluintes.

## 8.2 Cursos de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário



Solenidade de Conclusão do Curso



Prof<sup>a</sup>. Heloisa Mota recepcionando os concluintes na mesa com o Prof. Dr. Antônio José de Matos Neto e com o representante Jurídico da VALE S.A. Dr. José Anchieta Pinto Salgado



Formandos com seus certificados



Registro fotográfico ao encerramento do evento

A integração da Escola com a CEIJ tem-se mantido com uma evolução qualitativa e quantitativa e vem contribuindo para o sucesso de suas atividades. A CEIJ recebeu o “Selo Prata/Infância e Juventude” do CNJ e da Unesco. Certamente foi fundamental o apoio desta Escola para obtenção do prêmio.

Oficinas, encontros com organização compartilhada, como o Curso de Capacitação em Técnicas de Entrevista Investigativa com Testemunhas e Vítimas. Ministrado pela Profª Lilian Stein, unem as atividades destes dois órgãos do TJPA.

### 8.3 II Seminário Infância e Juventude/CEIJ



A importância do evento envolveu atenta plateia



Juiza Danielle Buhnheim/representante da CEIJ, Adriana Damasceno, Heloisa Mota e Roberta Flores



Pedro Paulo Bicalho, Doutor em Psicologia pela UFRJ, participou dos debates sobre Violência, Direitos Humanos e Juventude



Pedro Bicalho, Luiz Romano, Fátia Lemos



Participantes do seminário durante debate

A Escola participa ativamente de na organização Seminários, Encontros e Cursos promovidos pelo TJPA, como I Curso Internacional Judicial de Atualização em Direito Ambiental e Agrário, II Encontro de Direitos Humanos, dentre outros.

## 8.4 II Encontro de Direito Humanos



Prof. Dr. Jean Carlos proferindo palestra no II Encontro de Direito Humanos



Prof. Dr. Luiz Rocha do Departamento de Ensino e Pesquisa participando dos debates, juntamente com o Diretor do Departamento Acadêmico, Prof.º Mauro Souza



Prof. Claudio Monteiro falou sobre Justiça Distributiva e Liberalismo - Princípios das Questões de Saúde Pública



Mesa de encerramento do Encontro

## 8.5 I Curso Internacional Judicial de Atualização em Direito Ambiental e Agrário



Luciano de Meneses Evaristo - Diretor de Proteção Ambiental - IBAMA, proferindo a Palestra Ações de Combate ao Desmatamento e a Queimadas na Amazônia



Prof. Paraguassu Éleres discorrendo sobre meio ambiente

## 8.6 SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (Jornada Estadual de Direitos Humanos)



Direitos Civis e Políticos em debate, Prof. Roger Stielman



Direitos Civis e Políticos em debate, servidores e magistrados durante palestra. Des. Ricardo Nunes, Coordenador da Comissão de Direitos Civis e Políticos e o Juiz Heyder Tavares, Presidente da AMEPA





Prof. Dr. Paulo Klautau, Procurador do Estado do Pará, ao proferir palestra



Palestrante Ubirattan Cazzeta, Procurador da República, em mesa coordenada pela Drª Patricia Blagitz Cichovski, Diretora do Dep. Administrativo Financeiro/ESM



Participantes em interação com a plateia

Congregar magistrados do Sistema de Juizados Especiais e suas Turmas Recursais; uniformizar procedimentos, expedir enunciados, acompanhar, analisar e estudar os projetos legislativos e promover o Sistema de Juizados Especiais; colaborar com os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo da União, dos Estados e do Distrito Federal, bem como com os órgãos públicos e entidades privadas, para o aprimoramento da prestação jurisdicional, foram os objetivos da 36ª edição do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE) que ocorreu em Belém, em novembro de 2014, sediado pelo TJPA. A ESM/TJPA participou ativamente da organização do evento.

Dentre os Ilustres palestrantes, fez-se presente o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiro (AMB), Juiz João Ricardo Costa.

Instalado em 1997, o Fórum Permanente de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Brasil surgiu da necessidade de se aprimorar a prestação dos serviços judiciários nos Juizados Especiais, com base na troca de informações e, sempre que possível, na padronização dos procedimentos adotados em todo o território nacional.



Mesa de abertura do evento presidida pela Presidente do TJPA, Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento



Presidente TJPA, Desa. Luzia Nadja Guimarães



Desa. Diracy Nunes Alves, Coordenadora dos Juizados Especiais do TJPA

## 8.8 Fórum de Práticas de Execução Fiscal

Escola Superior da Magistratura ESM/TJPA, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado (PGC), a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos (SEMAJ) e a Ordem dos Advogados do Brasil seção Pará (OAB/PA), promoveu o Fórum de Práticas de Execução Fiscal 04 e 05 dezembro, cujo principal objetivo foi debater estratégias para reduzir custo, tempo de duração e a alta taxa de congestionamento dos processos de execução fiscal no âmbito do Judiciário paraense, assim como reduzir a taxa de ajuizamento, melhorar o trabalho da execução fiscal e julgar para reduzir o congestionamento dos processos.

O Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Juiz Federal Saulo Bahia, discorreu sobre “O CNJ e os desafios da Execução Fiscal”, quando explicou o direcionamento do CNJ a respeito da gerência dos processos relacionados ao tema e idéias para redirecionar o fluxo das cobranças da Fazenda Pública.

Miguel Gustavo Carvalho Brasil Cunha e Brenda Queiroz Jatene, Procuradores do Município de Belém, falaram sobre “Dinâmica da Execução Fiscal no Município de Belém”.

A Juíza Kédima Pacífico Lyra da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém/TJPA discorreu sobre “Execução Fiscal: questões relevantes e questões estratégicas”. Em seguida os Procuradores do Estado, Ana Carolina Paul Peracchi, Victor André Teixeira Lima e José Galhardo Martins Carvalho, proferiram as palestras: “Execução Fiscal: procedimentos, suspensão e garantias”; “Dificuldades Burocráticas: reflexões e soluções; e “Embargos: dinâmica e julgamento”, respectivamente.

O evento objetivou consolidar e discutir os temas e relatar propostas e sugestões visando à celeridade processual, economicidade e qualidade no atendimento dos jurisdicionados.



Juíza Kédima Pacífico Lyra, da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém/TJPA

## 8.9 Curso de Segurança Prepara Magistrados

O “Curso de Segurança Prepara Magistrados”, promovido pelo TJPA, em parceria com a Polícia Militar, ocorreu no auditório da Escola Superior da Magistratura/TJPA e teve como palestrante da aula inaugural o Secretário - Adjunto de Segurança Pública, Coronel RR Mário Alfredo Souza Solano, que discorreu sobre a temática “O sistema de segurança pública e suas estratégias de segurança no enfrentamento da violência e como os magistrados de Capital e Interior poderão acionar em situações emergenciais”.

A coordenação do curso coube ao Tenente Coronel QOPM, Luiz Carlos Rayol de Oliveira, Sub-Coordenador Militar do TJPA.

O objetivo é preparar magistrados diante de situações de risco, ensinando-os técnicas individuais e coletivas de procedimentos preventivos e repressivos de segurança, para que os alunos conheçam técnicas de defesa pessoal e as orientações sobre estado de alerta.

O programa do curso prevê os seguintes temas: Competência Legal da Segurança Pessoal; Serviço de Segurança; Segurança Imediata; Escolha de Itinerário; Aparições em Público; Ameaças/Segurança Pessoal; Ações Contra Emboscada; Defesa Pessoal; Proteção da Informação; Gerenciamento de Crise; Técnicas Antissequestro; Embarque e Desembarque de Veículos e Direção Defensiva, Ofensiva, Evasiva e Comboio.

## 9 DIVULGAÇÃO

A ESM produz o seu material de divulgação, tanto em suporte papel, como em mídia eletrônica. Cursos, Treinamentos, Seminários, Encontros são amplamente divulgados no site da Escola.

Este ano o destaque foi para A Revista A LEITURA atualmente também em formato digital Flash Player.



Audatório com capacidade para cerca de 100 pessoas, ao fundo painel, criação do DEP/ESM



**AULA MAGNA 2014**  
Escola Superior da Magistratura

**MAGISTRATURA**  
Uma Profissão em Mutação e os Desafios para sua Formação

Juiz **ROBERTO FRAGALE FILHO**  
Prof. Doutor pela Universidade de Montpellier I - França

**14/FEV/2014 (SEXTA-FEIRA) ÀS 10 HORAS**  
**AUDITÓRIO DA ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA / TJPA**

**XXXVI FONAJE**  
FÓRUM NACIONAL DE JUIZADOS ESPECIAIS

*26 a 28 de Novembro de 2014*



**CURSO INTERNACIONAL DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO**

**27 A 29 AGOSTO**

**HANGAR**  
CENTRO DE CONFERÊNCIAS

**INSCRIÇÕES**  
[WWW.TRIBUNALJESPEL.COM](http://WWW.TRIBUNALJESPEL.COM)

Organizadores:  Patrocinadores: 



**II CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM CONCILIAÇÃO EM MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

*18 a 21 de Novembro de 2014*




**III CURSO DE APERFEIÇOAMENTO  
EM EXECUÇÃO PENAL**  
*09 de Setembro de 2014*




**SEMINÁRIO REGIONAL - NORTE**  
**Pró Convivência Familiar e Comunitária**  
*28 e 29 de Abril de 2014*



**Jornadas Estaduais de  
Direitos Humanos**  
II Encontro  
2ª Dimensão  
Direitos Econômicos,  
Sociais e Culturais  
22 de setembro de 2014



**NÚCLEO PERMANENTE DE  
MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO  
DE CONFLITOS - NUPEMEC - TJPA**  
**Processo Seletivo para Conciliador  
e Mediador Judicial Voluntário**  
*Período de Inscrição: 19 a 30 de maio de 2014*  
*Data de Realização do Curso: 23 a 27 de junho de 2014*




**PALESTRA: O GÊNERO NO DIREITO INTERNACIONAL:  
DISCRIMINAÇÃO, VIOLÊNCIA E PROTEÇÃO**

**PALESTRANTE: Dr. ELDER LISBOA FERREIRA DA COSTA**  
MM. Juiz de Direito

*30 de Setembro de 2014*





**Jornadas Estaduais de Direitos Humanos**  
I Encontro - 1ª Dimensão  
Direitos Civis e Políticos

Inscrições até o dia 13/AGO/2014 no [www.tjpa.jus.br](http://www.tjpa.jus.br)





**PARCERIA POSSIBILITA A REALIZAÇÃO DO  
1º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM  
DIREITO REGISTRAL IMOBILIÁRIO**

INSCRIÇÕES: 01 a 22 de agosto de 2014

**II SEMINÁRIO INFÂNCIA E JUVENTUDE: DISCUTINDO  
POLÍTICAS PÚBLICAS**  
18 de setembro de 2014

**Programação**

**MANHÃ**  
8h às 8h30 - Credenciamento  
8h30 às 9h - Mesa de abertura: CRP10, CEDCA, TJPA e ESM.  
9h às 09h40 - Violência, Direitos Humanos e Juventude.  
9h40 às 10h20 - Clínica-Política: análise institucional e pesquisa intervenção em direitos da criança e jovens.  
10h20 às 10h45 - Debate  
10h45 às 11h30 - Racismo e criminalização da juventude negra.  
11h30 às 12h - Debate.  
12h às 14h - Intervalo.

**TARDE**  
14h às 15h: Redução da maioridade penal: solução para a violência?  
15h às 15h30 - Debate  
15h30 às 16h - Provocações artísticas  
16h às 17h - Os desafios nas garantias dos direitos na socioeducação.  
17h às 17h30 - debate  
17h30 - Lançamento do Livro Violência, Direitos Humanos e Políticas Públicas: avanços e impasses.

Local: Auditório Agnato Lopes - Rua Cel Fontoura em frente à Praça Felipe Patroni, Cidade Velha, Belém - PA.

Mais informações: (91) 3224-6322/3224-6690/8614-3699/ [secretaria@crp10.org.br](mailto:secretaria@crp10.org.br) / [cotejo@crp10.org.br](http://cotejo@crp10.org.br)  
Certificação Virtual

**REALIZAÇÃO**



PELA GARANTIA DA PRIORIDADE ABSOLUTA

NÃO À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

NÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS E MENINAS



## 11 Representação da ESM/PA

Evento	Tema	Local	Data
CEI/ESM	Seminário Violência Sexual: Depoimento Especial Garantias Processuais e Proteção Integral de Crianças e Adolescentes	Belém-PA	20/01/2014
ENFAM	As Escolas de Magistratura e o papel da ENFAM	Brasília-DF	24/02/2014
XXXV – COPEDEM	Desenvolvimento Economico e seus reflexos no Sistema Judicial.	Sorriso-MT	13 a 15/03/2014
ENFAM	WORKSHOP –Formação Inicial e Planejamento Estratégico com Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas Judiciais e de Magistratura.	Brasília-DF	24 e 25/03/2014
CNJ	Seminário Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento no Poder judiciário	Brasília-DF	10 e 11/04/2014
TJE/PA	IV Encontro Regional da Magistratura da Região Metropolitana de Belém	Belém-PA	25 a 27/06/2014
TJE/PA	V Encontro do Poder Judiciário Paraense – Região Marajó	Belém-PA	05 a 08/08/2014
TJE/ESM/PA	Jornada Estadual de Direitos Humanos	Belém-PA	14/08/2014
ENFAM	II Curso de Planejamento de Ensino-no contexto da magistratura	Brasília-DF	21 e 22/08/2014
FONAMA TJE/AMB/AJUFE/ENM/ ABRAMPA/AMEPA/IDPV/ PNUMA/BNDES/BANCO MUNDIAL.	I Curso Internacional Judicial de Atualização em Direito Ambiental e Agrário	Belém-PA	27 a 29/08/2014
XXXVII – COPEDEM	O Ensino a Distância nas Escolas Judiciais e de Magistratura	Palmas-TO	28 a 30/08/2014
VI ENCONTRO REGIONAL DA MAGISTRATURA	Apresentação da Gestão de 2013/2015, para Magistrados e Diretores de Secretaria	Marabá-PA	08 a 11/09/2014
ESCOLA JUDICIAL DO AMAPÁ-EJAP	VI Congresso Internacional de Diretor Ambiental da Amazônia	Macapá-AP	17 a 19/09/2014
CEIJ	Seminário: Infância, Juventude e Políticas Públicas	Belém-PA	18 e 19/09/2014
ENFAM	Seminário com as Escolas Judiciais e da Magistratura: objetivo de elaboração das Diretrizes Pedagógicas da ENFAM	Brasília-DF	08 e 09/10/2014

Escola Nacional da Magistratura ENM	Encontro Nacional de Diretores de Escolas da Magistratura	Brasília-DF	20/11/2014
XXXVIII - COPEDEM	O Ensino Profissionalizante das Escolas e a Sustentabilidade Socio-econômicas e Cultural.	Vitória-ES	11 a 14/12/2014

O Departamento de Ensino e Pesquisa procedeu à avaliação de Reação em relação aos cursos ofertados pela Escola, no decorrer do ano de 2014. Dentre os cursos avaliados estão os seguintes. I Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente; II Curso de Aperfeiçoamento em Redação Forense; Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa – Vitaliciamento e Formação Continuada - em Direito Sanitário e Judicialização da Saúde; III Curso de Aperfeiçoamento Direito Digital: Crimes Cibernéticos - Teoria e Prática; Curso de Aperfeiçoamento em Repercussão Geral e Recursos Repetitivos; Curso de Aperfeiçoamento em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico-Filosóficos e Noções Gerais; Curso de Aperfeiçoamento - A Fazenda Pública em Juízo sob a Ótica dos Direitos Fundamentais; Curso de Aperfeiçoamento em Interceptação Telefônica e Telemática: Teoria e Prática; II Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados e Servidores em Execução Penal; Curso de Aperfeiçoamento de Sentença Penal sob o Prisma da Constituição Federal e das Reformas Processuais; III Curso de Aperfeiçoamento em Dosimetria da Pena; Curso de Aperfeiçoamento - Tutelas de Urgência: Questões Polêmicas e Análise Comparativa entre o Atual Regime e o Projeto do Novo CPC; Curso de Aperfeiçoamento em Recentes Modificações no Processo Penal e a Atuação do Juiz Criminal; Curso de Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação de Conflitos; Curso de Aperfeiçoamento em Atualidades no Regime Jurídico dos Servidores Públicos; Curso de Aperfeiçoamento Aspectos relevantes da Proteção do Consumidor em Juízo; III Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados e Servidores em Execução Penal; II Curso de Aperfeiçoamento de Sentença Penal sob o Prisma da Constituição Federal e das Reformas Processuais; IV Curso de Aperfeiçoamento em Dosimetria da Pena; II Curso de aperfeiçoamento Conciliação e Mediação de Conflitos.

Essa avaliação consistiu em três espécies: avaliação do professor pelo cursista; avaliação do curso pelo cursista; avaliação do curso pelo professor.

Com efeito, a primeira dessas espécies se destinou a que o cursista avaliasse o professor quanto ao domínio dos conteúdos abordados, sua capacidade de comunicação para apresentar os conteúdos, e estabelecer relação entre a teoria e o exercício profissional, quanto à utilização do material didático de apoio, à otimização do tempo de aula na transmissão do conteúdo, ao estímulo ao aprendizado e incentivo às atividades à disposição para esclarecer as dúvidas sobre os assuntos explanados e à didática.

Na segunda espécie, demandou-se que o cursista avaliasse o curso levando em conta se aos temas desenvolvidos se apresentaram condizentes com os objetivos do curso, a adequação da carga horária para o desenvolvimento dos conteúdos, a adequação do material didático, a integração dos participantes, adequação do apoio técnico por parte da Escola.

No que concerne à terceira espécie, o professor avaliou o curso acerca da compatibilidade da carga horária para desenvolvimento dos conteúdos, da adequação do apoio técnico fornecido pela Escola para realização do curso e da adequação do ambiente físico (limpeza, iluminação etc.)

Em síntese, com base nos dados obtidos, colheu-se que o resultado foi positivo em todas essas avaliações.

Ainda no corrente ano com o objetivo de aproximar ainda mais Magistrados, e servidores do TJPA, com a Escola Superior da Magistratura, o Departamento de Ensino e Pesquisa, por ocasião dos Encontros Regionais da Magistratura polo Belém, polo Marajó e polo Marabá, aplicou pesquisa de opinião entre os Magistrados e Diretores de Secretaria, estes responderam a vários itens entre os quais qual a área teria maior interesse em que fossem ofertados cursos, e em outro item que indicassem temas de cursos de que gostariam de participar, ou que entendessem serem mais necessários aos fins do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A referida pesquisa de opinião serviu para nortear os futuros projetos para os próximos cursos a serem ofertados pela Escola Superior da Magistratura.

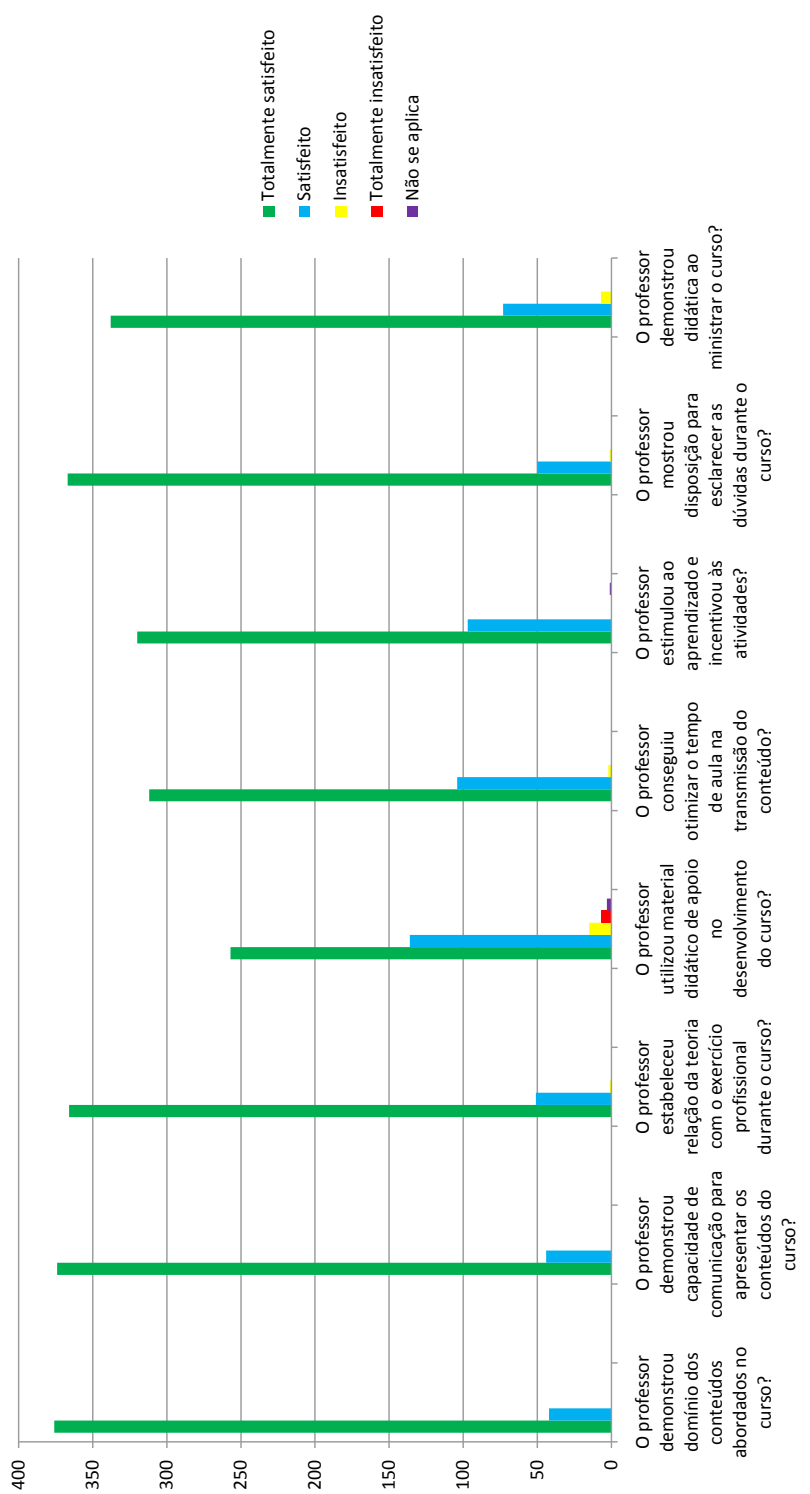
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ  
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA

AVALIAÇÃO DOS (AS) PROFESSORES (AS) PELOS CURSISTAS DOS CURSOS REALIZADOS EM 2014 (CONSOLIDADA)

	Totalmente satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Totalmente insatisfeito	Não se aplica
O professor demonstrou domínio dos conteúdos abordados no curso?	376	42	0	0	0
"O professor demonstrou capacidade de comunicação para apresentar os conteúdos do curso?"	374	44	0	0	0
O professor estabeleceu relação da teoria com o exercício profissional durante o curso?	366	51	1	0	0
O professor utilizou material didático de apoio no desenvolvimento do curso?	257	136	15	7	3
O professor conseguiu otimizar o tempo de aula na transmissão do conteúdo?	312	104	2	0	0
O professor estimulou ao aprendizado e incentivou às atividades?	320	97	0	0	1
O professor mostrou disposição para esclarecer as dúvidas durante o curso?	367	50	1	0	0
O professor demonstrou didática ao ministrar o curso?	338	73	7	0	0

Obs: Dados colhidos somente dos que responderam ao questionário

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ  
 DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA  
 AVALIAÇÃO DOS (AS) PROFESSORES (AS) PELOS CURSISTAS DOS CURSOS REALIZADOS EM 2014  
 (CONSOLIDADA)



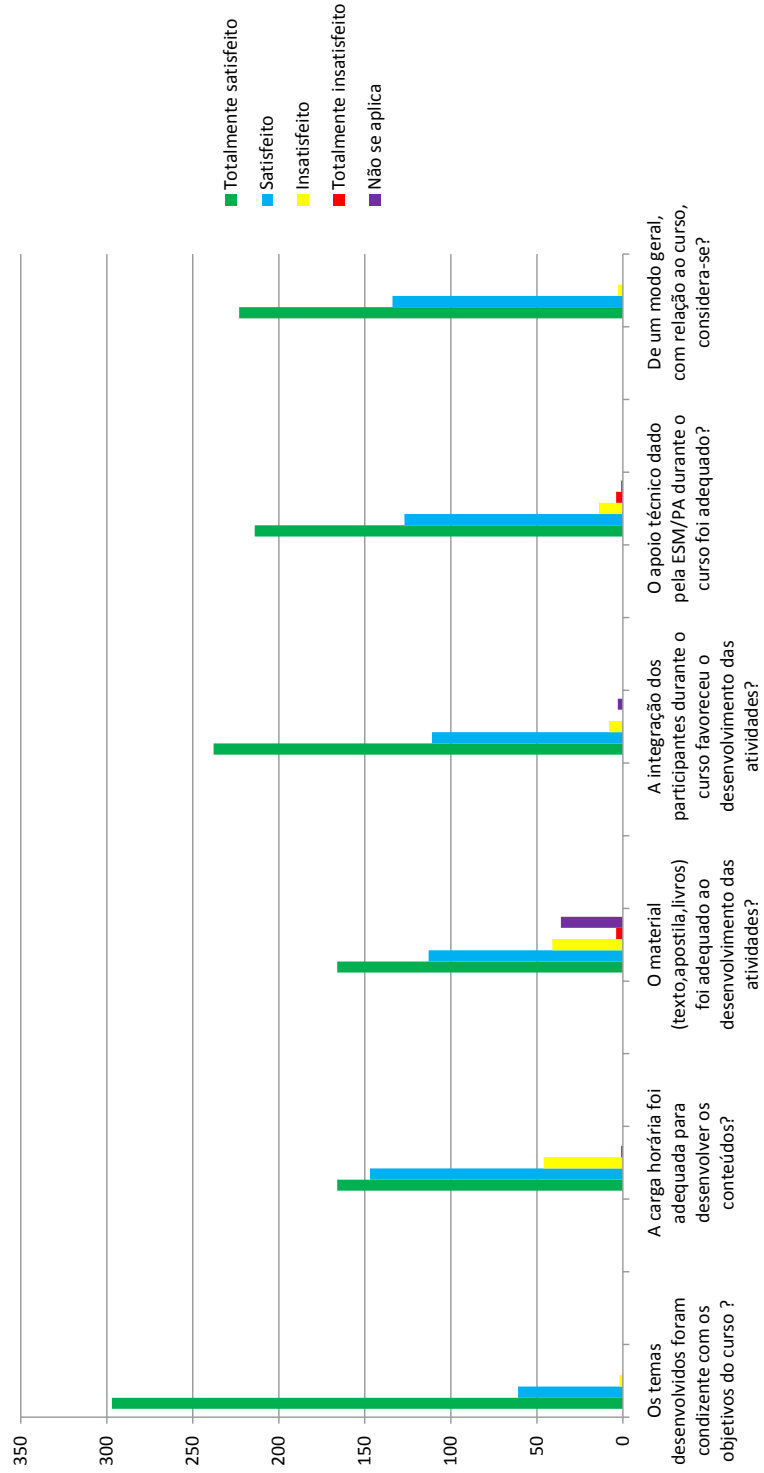
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ  
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA

AValiação DOS CURSOS REALIZADOS EM 2014 PELOS CURSISTAS (CONSOLIDADA)

	Totalmente satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Totalmente insatisfeito	Não se aplica
Os temas desenvolvidos foram condizente com os objetivos do curso ?	297	61	2	0	0
A carga horária foi adequada para desenvolver os conteúdos?	166	147	46	1	0
O material (texto, apostila, livros) foi adequado ao desenvolvimento das atividades?	166	113	41	4	36
A integração dos participantes durante o curso favoreceu o desenvolvimento das atividades?	238	111	8	0	3
O apoio técnico dado pela ESM/PA durante o curso foi adequado?	214	127	14	4	1
De um modo geral, com relação ao curso, considera-se?	223	134	3	0	0

Obs: Dados colhidos somente dos que responderam ao questionário

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ  
 DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA  
 AVALIAÇÃO DOS CURSOS REALIZADOS EM 2014 PELOS CURSISTAS  
 (CONSOLIDADA)





O mérito da democratização é sentido no seio dos diversos tipos de organização que acompanham as mudanças de paradigmas advindas das relações sociais.

Na busca por melhores práticas, as instituições públicas apontam para novas relações de trabalho com investimentos em capital humano que asseguram organizações bem-sucedidas.

A ESM/PA desenvolveu suas atividades em 2014 diante do desafio de alavancar resultados que superem ideais subjetivos e interesses pessoais, comprometendo-se com a coletividade jurídica, na busca de melhor servir ao público na qualidade de verdadeiros servidores públicos.

### **Conselho Superior da Escola**

Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento  
Des. Rômulo José Ferreira Nunes  
Des. Leonam Gondim da Cruz Junior  
Desa. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos  
Des. José Maria Teixeira do Rosário

### **Presidência**

Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento

### **Diretoria-Geral**

Des. Rômulo José Ferreira Nunes

### **Diretoria-Geral Adjunta**

Des. Leonam Gondim da Cruz Junior

### **Secretaria-Geral**

Heloisa da Silva Mota Pereira

### **Conselho Editorial**

Des. Rômulo José Ferreira Nunes  
Des. Milton Augusto de Brito Nobre  
Des. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos  
Jean Carlos Dias  
Jorge Alex Athias  
Reynaldo Andrade da Silveira  
Zeno Augusto de Bastos Veloso  
Dario Manuel Lentz de Moura Vicente  
Ives Gandra da Silva Martins Filho  
Fernando Facury Scaff

### **Sub-Coordenadoria**

Denise C. Silveira Gomes

### **Secretaria**

Rosângela Montalvão Santos

Delmira Souza

### **Diretoria de Dep. de Ensino e Pesquisa**

Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha

### **Divisão de Editoração e Publicação**

Laís Izabel Peres Zumeró  
Talita Valéria de Souza Gomes

### **Assessor Técnico**

Iracema Peixoto

### **Divisão de Ensino e Pesquisa**

Raimundo Nonato Magalhães

### **Divisão Pedagógica**

Cristiana Oliveira Rendeiro  
Michele Ribeiro Correia

### **Diretoria de Dep. Acadêmico**

Antônio Mauro Santana de Souza  
Suely Cristina Caminha y Rodrigues

### **Assessor Técnico**

Klaus Xabregas Alves

### **Divisão de Cursos e Programação**

Patrícia Frota  
Edmundo Rodrigues Cal  
Raimundo Barbosa

### **Divisão de Registro e Controle**

Suelen Fátima Biffi Scarparo

### **Divisão de Biblioteca e Videoteca**

Maria da Conceição Ruffeil Moreira  
Francisca Maria dos Prazeres Bezerra

### **Diretoria de Dep. Administrativo/Financeiro**

Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski

### **Divisão de Recursos Financeiros**

Maria do Socorro Gonçalves Costa

### **Assessor Técnico**

Léa Ramos da Silva

### **Divisão de Infraestrutura**

Thaiana Louise Bittencourt

### **Divisão de Informática**

Nuno Maria Cabral de Abreu Vouzella

Ao finalizar, é relevante, na atualidade, destacar o esforço contínuo e concentrado do TJPA e da ESM em integrar-se aos diversos segmentos jurídicos institucionais, no que concerne ao enfrentamento de questões que exigem a implementação de políticas públicas que se consubstanciam por meio de parceria e convergência de interesses de várias ordens, seja em ações programadas interinstitucionalmente, seja na realização de projetos, cursos, eventos científicos e treinamentos, ou na divulgação do conhecimento jurídico à comunidade interessada.

Conclusivamente constata-se, no exercício de 2014, a superação de metas previstas e o resultado positivo quanto ao esforço na garantia de atividades comprometidas com os valores: Ética, Celeridade, Modernidade, Responsabilidade Social e Ambiental, comprovados através do processo de avaliação permanente e participativa entre todos os atores envolvidos nas ações da ESM.